

Vivara Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

A **VIVARA Participações S.A.** (B3: VIVA3), a maior rede de joalherias da América Latina, divulga os resultados do quarto trimestre e do ano de 2023.

No 4T23, a Vivara atingiu faturamento de R\$ 1,0 bilhão, crescimento de 24,0%, com relevante avanço em todas as categorias e canais. No ano, a Companhia registrou R\$ 2,8 bilhões de Receita Bruta, 21,2% superior à registrada no ano anterior.

O ano de 2023 foi marcado por recorde de investimentos e consequente evolução de inúmeras frentes estratégicas. Foi o ano da concretização do maior plano de expansão e o maior investimento fabril da história da Companhia. Ainda que em um ano de solidificação das fundações do modelo de negócios, a Vivara foi capaz de proteger a rentabilidade, potencializando, de forma relevante, a geração de caixa operacional.

No encerramento do 4T23, a Companhia retoma à posição de Caixa Líquido, impulsionada pela geração de R\$ 87,3 milhões de caixa livre e importante redução de alocação de capital em estoques.

DESTAQUES DO 4T23 E 2023

- Recorde de vendas em um trimestre: R\$ 1,0 Bi Receita Bruta (líq. de dev.) | +24,0% vs 4T22. No ano, a Companhia atingiu a marca de R\$ 2,8 bilhões de faturamento, com expressivo crescimento de 21,2%.
- No trimestre, as vendas mesmas lojas (SSS) registraram crescimento de 15,0% vs 4T22 e no ano 12,4%, na comparação com 2022.
- 30,4% de aumento de clientes novos em 2023.
- 2,0 milhões de clientes ativos, +17,0% vs 2022.
- Inauguração de 22 novas lojas no 4T23 e 61 novos pontos de vendas no ano, encerrando o ano com 257 Lojas Vivara, 117 Lojas Life e 16 Quiosques.
- Margem Bruta de 70,0% no 4T23 e 69,3% no ano, com expansão de 0,4 p.p..
- Proteção da rentabilidade operacional no ano: R\$ 479,6 milhões de EBITDA Ajustado, +19,6% vs 2022, com Margem de 21,9%.
- Redução de 26 dias no giro de estoque, na comparação com dezembro de 2022.
- Forte geração de caixa livre no trimestre, com adição de R\$ 87,3 milhões.
- Marca histórica de R\$ 178,2 milhões em investimentos, com destaque para novas lojas, sistemas e fábrica.
- Conclusão da migração da fábrica em Manaus.



A Receita Bruta, líquida de devoluções, do 4T23 atingiu R\$ 1,0 bilhão, crescimento de 24,0% na comparação com o 4T22. O desempenho é explicado (i) pelo aumento de 18,0% de área de vendas nos últimos 12 meses, com a adição de 54 novas lojas; (ii) pelo crescimento de 15,0% nas vendas mesmas lojas (SSS), incluindo as vendas digitais, no 4T23; (iii) pela estratégia assertiva de ajuste de mix nas lojas Vivara, investindo em itens mais tradicionais e (iv) pela força das vendas nos eventos sazonais de Black Friday e Natal. No ano acumulado, a Receita foi de R\$ 2,8 bilhões, 21,2% maior que o ano de 2022.

A Receita Líquida foi de R\$ 778,1 milhões no trimestre, com expansão de 20,8% em relação ao 4T22; e R\$ 2,2 bilhões no ano, crescendo 18,6% contra 2022.

Receita por canal (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ% 23vs22	SSS	2023	2022	Δ% 23vs22	SSS
Receita Bruta (Líqu. de devoluções)	1.017.181	820.402	24,0%	15,0%	2.788.016	2.299.920	21,2%	12,4%
Lojas Físicas	836.140	682.491	22,5%	11,8%	2.332.724	1.978.203	17,9%	7,1%
Lojas Vivara	641.068	565.843	13,3%	9,7%	1.864.885	1.728.249	7,9%	5,0%
Lojas Life	184.010	104.052	76,8%	24,7%	431.840	212.251	103,5%	30,7%
Quiosques	11.062	12.595	-12,2%	14,2%	35.999	37.704	-4,5%	9,3%
Vendas Digitais	175.525	132.254	32,7%	30,8%	438.630	306.126	43,3%	40,0%
Outros	5.515	5.657	-2,5%	na	16.662	15.590	6,9%	na
Deduções	(239.054)	(176.357)	35,6%	na	(601.041)	(456.184)	31,8%	na
Receita Líquida	778.127	644.045	20,8%	na	2.186.975	1.843.735	18,6%	na
SSS (lojas físicas)	11,8%	4,4%	na	na	7,1%	20,9%	na	na
SSS (lojas físicas + digital)	15,0%	6,9%	na	na	12,4%	15,8%	na	na

Neste trimestre, é importante ressaltar, novamente, o expressivo crescimento de 35,6% da linha de Deduções de Receita devido à reclassificação de dois tributos, que até março de 2023 estavam registrados na conta de "Impostos e Taxas", nas Despesas de Vendas, bem como pelo menor volume de crédito presumido, conforme detalhado a seguir:

- R\$ 3,9 milhões do imposto estadual atrelado ao plano de compensação de Zona Franca de Manaus, que contempla a destinação de 1,0% da Receita Bruta da indústria, por meio da subsidiária Conipa, para a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), com base na Lei nº 2.826/2003;
- R\$ 9,3 milhões de diferença de Alíquota de ICMS (DIFAL);
- Menor efeito do crédito presumido, registrado como um redutor da despesa de ICMS, que foi de R\$ 51,1 milhões, 9,1% menor que o do 4T22 ou -1,8 0.p.p. menor, como percentual da Receita Bruta.

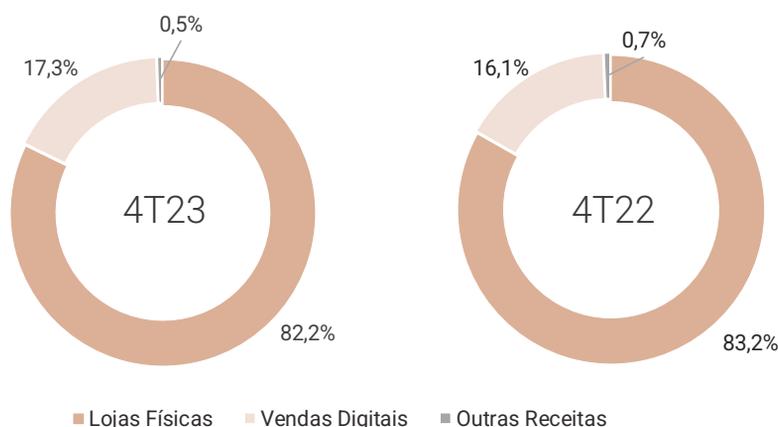
Os efeitos mencionados acima, estão relacionados ao ano de transição da fábrica, bem como à adequação da estrutura de despesas da Companhia. No trimestre, a somatória dos efeitos gerou uma diferença de 3,1 p.p. no crescimento da Receita Bruta, com a Receita Líquida. No ano, essa diferença foi de 2,5 p.p..

Deduções da Receita	4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
Receita Bruta (Líqu. de devoluções)	1.017.181	820.402	24,0%	2.788.016	2.299.920	21,2%
ICMS	(192.881)	(162.182)	18,9%	(534.152)	(441.912)	20,9%
% Receita Bruta (líq. de devoluções)	-19,0%	-19,8%	0,8 p.p.	-19,2%	-19,2%	0,1 p.p.
Receita de subvenção (ICMS)	51.126	56.235	-9,1%	204.260	198.657	2,8%
% Receita Bruta (líq. de devoluções)	5,0%	6,9%	(1,8 p.p.)	7,3%	8,6%	(1,3 p.p.)
COFINS	(66.317)	(54.638)	21,4%	(184.282)	(157.761)	16,8%
% Receita Bruta (líq. de devoluções)	-6,5%	-6,7%	0,1 p.p.	-6,6%	-6,9%	0,2 p.p.
PIS	(14.354)	(11.863)	21,0%	(39.965)	(34.230)	16,8%
% Receita Bruta (líq. de devoluções)	-1,4%	-1,4%	0,0 p.p.	-1,4%	-1,5%	0,1 p.p.
F.T.I.	(3.264)	(3.803)	-14,2%	(14.505)	(20.519)	-29,3%
% Receita Bruta (líq. de devoluções)	-0,3%	-0,5%	0,1 p.p.	-0,5%	-0,9%	0,4 p.p.
ISS	(108)	(105)	2,6%	(469)	(419)	11,9%
% Receita Bruta (líq. de devoluções)	0,0%	0,0%	0,0 p.p.	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
UEA	(3.919)	-	na	(12.199)	-	na
% Receita Bruta (líq. de devoluções)	-0,4%	0,0%	(0,4 p.p.)	-0,4%	0,0%	(0,4 p.p.)
ICMS DIFAL EC 87	(9.337)	-	na	(19.729)	-	na
% Receita Bruta (líq. de devoluções)	-0,9%	0,0%	(0,9 p.p.)	-0,7%	0,0%	(0,7 p.p.)
Receita Líquida	778.127	644.045	20,8%	2.186.975	1.843.735	18,6%

Neste trimestre, mais uma vez, o crescimento de vendas foi impulsionado pelo volume de peças vendidas, que cresceu 16,6% quando comparado ao 4T22. O crescimento de 6,3% no preço médio da Companhia reflete a assertividade da estratégia de produto e a adequada política de precificação.

No ano, o volume de peças vendidas aumentou 17,2%, com 3,4% de incremento de preço médio. Vale destacar que o preço médio, tanto no trimestre, quanto no ano, incorpora as diferenças de mix entre as categorias.

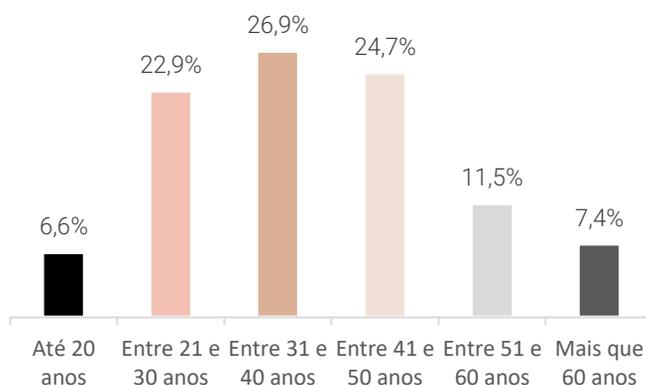
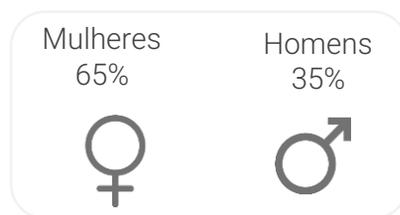
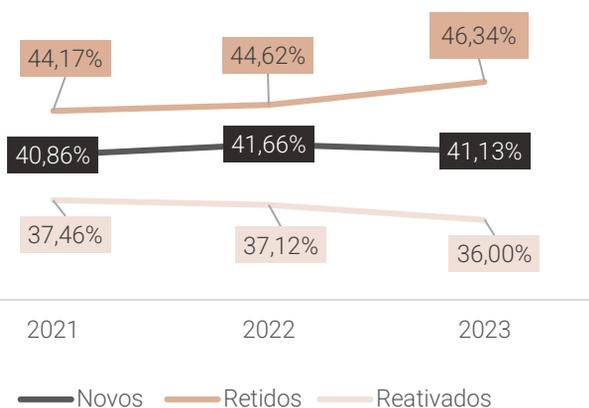
A sazonalidade do quarto trimestre impulsionou o crescimento da Companhia: (i) as vendas no período de Black Friday, entre os dias 13 e 27 de novembro, cresceram 31,2%; (ii) durante as vendas do Natal, do dia 01 a 24 de dezembro, as vendas ultrapassaram a marca de R\$440,0 milhões, 20,3% maiores que no ano anterior. Em 2023, a campanha da Black Friday foi mais representativa na composição do volume de vendas do trimestre, quando comparado ao ano de 2022



Ao final de 2023, as marcas que compõem o grupo seguiram com forte aquisição de clientes. A base ativa de clientes cresceu 17,0% na comparação o final de 2022, atingindo a marca histórica de 2,0 milhões de clientes ativos. A frequência de compras dos principais canais apresentou uma relevante expansão de 25,4%, quando comparado ao ano anterior, alcançando 1,8 vezes no ano.

Comportamento Base de Clientes Ativos 2023

(considera clientes com compras no últimos 12 meses)



Vendas DIGITAIS

As vendas digitais atingiram R\$ 175,5 milhões, 32,7% maiores que no 4T22, representando 17,3% de participação nas vendas totais, 1,2 p.p. superior à penetração registrada no mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado reflete, principalmente, (i) a força da Black Friday no canal digital, com 10% de crescimento no número de pedidos durante o período; (ii) a melhoria contínua de indicadores operacionais da nova plataforma implantada no 2S22 e (iii) o aumento da representatividade das vendas das iniciativas de omnicanalidade, com as vendas OMS chegando a 21,0% das vendas digitais e o programa de venda assistida, “Jóias em Ação”, representando 16,8% do total das vendas digitais do trimestre. No acumulado de 2023, o crescimento do canal foi de 43,3%, atingindo R\$ 438,6 milhões e um *share* de 15,7% de participação na venda total, um aumento de 2,4 p.p. comparado ao ano de 2022.

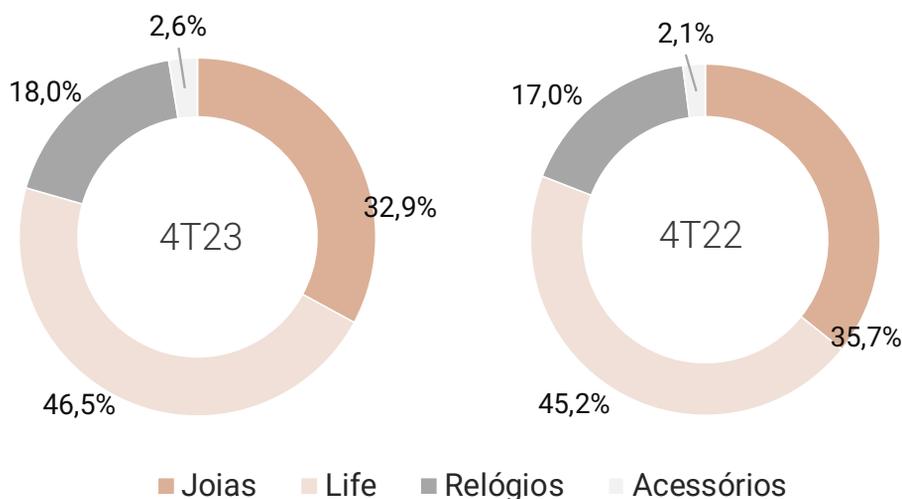
As vendas OMS, que são vendas realizadas pelo e-commerce e faturadas pelas lojas, representaram 21,0% das vendas digitais no último trimestre, um aumento de 7,8 p.p. na comparação com o 4T22. Isso reflete a consolidação dos investimentos da Companhia para habilitar as lojas como *hubs*, garantindo mais conveniência aos clientes e ampliando as oportunidades de *upsell* na integração das jornadas.

No 4T23, a receita gerada pelo programa de venda assistida, “Jóias em Ação”, registrou um crescimento de 21,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior, representando 16,8% do total das vendas digitais. Essa modalidade continua contribuindo positivamente para o desempenho da categoria de Jóias, que representa 47,2% da receita total dessa modalidade, seguida pela categoria Life, com 38,6%.

Considerando os dois formatos citados acima, a somatória das vendas geradas pelas iniciativas de omnicanalidade (vendas OMS e “Jóias em Ação”) registraram um crescimento de 59,0% na comparação do período. No ano de 2023, o crescimento foi de 81,0%.

No 4T23, Life foi a categoria de maior destaque nas vendas digitais, com expansão de 1,3 p.p. de participação nas vendas, principalmente, pela aderência do ticket médio dessa categoria para compras virtuais e pelo aumento do sortimento de produtos da marca, reduzindo cada vez mais a dependência de um tipo de produto, além da estratégia acertada de comunicação e marketing.

No acumulado do ano, Jóias continua tendo a maior representatividade nas vendas digitais, atingindo 41,0% de participação, seguida pela categoria de Life, com 38,5% de participação nas vendas digitais.



Lojas Físicas

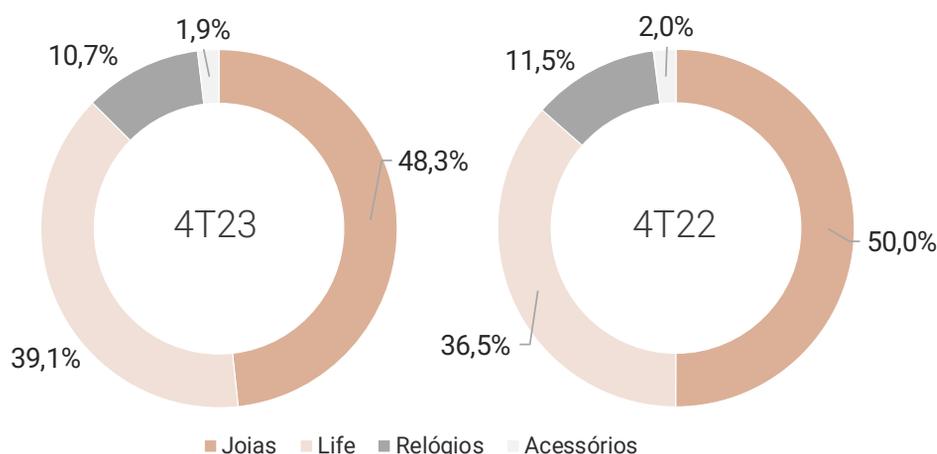
No 4T23, a Companhia atingiu R\$ 836,1 milhões de faturamento em lojas físicas, com expansão de 22,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Na visão de Vendas Mesmas Lojas (SSS), considerando apenas lojas físicas, o crescimento foi de 11,8%, impulsionado pela performance das lojas exclusivas da marca Life, com um SSS de 24,7%, e das lojas Vivara, que, apesar da maturidade do canal, atingiram um SSS de 9,7%.

Em 2023, a receita de lojas físicas atingiu R\$ 2,3 bilhões, um acréscimo de 17,9% contra o ano de 2022, e Vendas Mesmas Lojas (SSS) de 7,1%, puxado pelo desempenho das lojas da marca Life, que atingiram um SSS de 30,7% no ano.

Abertura por negócio (R\$ mil)		4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
Vivara	Número de lojas	257	243	14	257	243	14
	Aberturas líquidas	3	6	-3	16	14	2
	Área de vendas (m ²)	23.719	22.091	7,4%	23.719	22.091	7,4%
	Receita bruta (liq. dev.)	641.068	565.843	13,3%	1.864.885	1.728.249	7,9%
	Venda/m ² (R\$)	27.028	25.614	5,5%	78.625	78.232	0,5%
Life	Número de lojas	117	72	45	117	72	45
	Aberturas líquidas	19	16	3	45	39	6
	Área de vendas (m ²)	8.586	5.228	64,2%	8.586	5.228	64,2%
	Receita bruta (liq. dev.)	184.010	104.052	76,8%	431.840	212.251	103,5%
	Venda/m ² (R\$)	21.432	19.902	7,7%	50.296	40.597	23,9%
Quiosque	Número de quiosques	16	21	-5	16	21	-5
	Aberturas líquidas	-4	1	-5	-4	-4	0
	Área de vendas (m ²)	101	134	-24,6%	101	134	-24,6%
	Receita bruta (liq. dev.)	11.062	12.595	-12,2%	35.999	37.704	-4,5%
	Venda/m ² (R\$)	109.524	93.996	16,5%	356.424	281.370	26,7%
Total	Número de pontos de vendas	390	336	54	390	336	54
	Aberturas líquidas	18	23	-5	57	49	8
	Área de vendas (m ²)	32.406	27.454	18,0%	32.406	27.454	18,0%
	Receita bruta (liq. dev.)	836.140	682.491	22,5%	2.332.724	1.978.203	17,9%
	Venda/m ² (R\$)	25.802	24.860	3,8%	71.985	72.056	-0,1%

Venda por categoria – Lojas Físicas

Na venda por categoria em Lojas Físicas no trimestre, a marca Life ganhou 2,7 p.p. de participação nas vendas, reflexo direto da expansão de lojas Life nos últimos 12 meses. A categoria de Joias registrou retração de 1,7 p.p. e Relógios 0,8 p.p., decorrente do aumento de penetração das vendas digitais, principalmente pelas iniciativas de omnicanalidade: as vendas OMS e o programa de venda assistida “Joias em Ação”.



Lojas VIVARA



Com 257 pontos de venda, as lojas Vivara, embora canal mais consolidado e maduro, segue apresentando bons desempenhos: uma receita de R\$ 641,1 milhões no 4T23, representando um crescimento de 13,3% comparado ao 4T22, com um *Same Store Sales* (SSS) de 9,7%. Na visão acumulada do ano, as lojas Vivara atingiram uma receita de R\$ 1,9 bilhão, crescimento de 7,9% e SSS de 5,0%. Importante destacar que as vendas das lojas Vivara são impactadas pelas iniciativas de omnicanalidade, pela alocação do faturamento das vendas assistidas para as vendas digitais. Na visão Phygital, que aloca nas lojas as vendas digitais com assistência das vendedoras, o crescimento registrado pelas lojas Vivara no 4T23 foi 13,9%, com SSS de 10,4%.

O bom desempenho das lojas Vivara deve-se também à categoria de Joias, que registrou um crescimento consolidado de 18,7% no trimestre, explicado pela assertiva estratégia de ajuste de *mix*, trazendo itens mais tradicionais e menos modais de joalheira, e pelo lançamento de quatro novas coleções no trimestre, que possuem um *markup* maior. Além disso, é importante destacar a relevante contribuição da estratégia de marketing, focada em reforçar a conexão da marca com as grandes celebrações da vida dos clientes.

O nível de canibalização gerado pela adição de novas lojas exclusivas da marca Life segue em níveis saudáveis. Ao longo do ano trabalhamos isoladamente em lojas Vivara, em shoppings onde inauguramos uma loja Life, para potencializar a venda e diminuir o efeito da canibalização, ajustando mix e exposição de produtos da marca Life dentro da loja Vivara. Desde o terceiro trimestre de 2023, começamos a registrar redução nos níveis de canibalização. No 4T23, a venda de produtos Life dentro das 108 lojas da Vivara em shoppings onde a Companhia tem as duas operações retraiu 3,9 p.p. na comparação com o 4T22. Na visão acumulada do ano, a retração foi de 2,9 p.p.. Importante reforçar que mesmo perdendo participação de Life nas vendas, a receita total desse grupo de lojas expandiu 8,5% no 4T23, e 3,2% no ano de 2023.

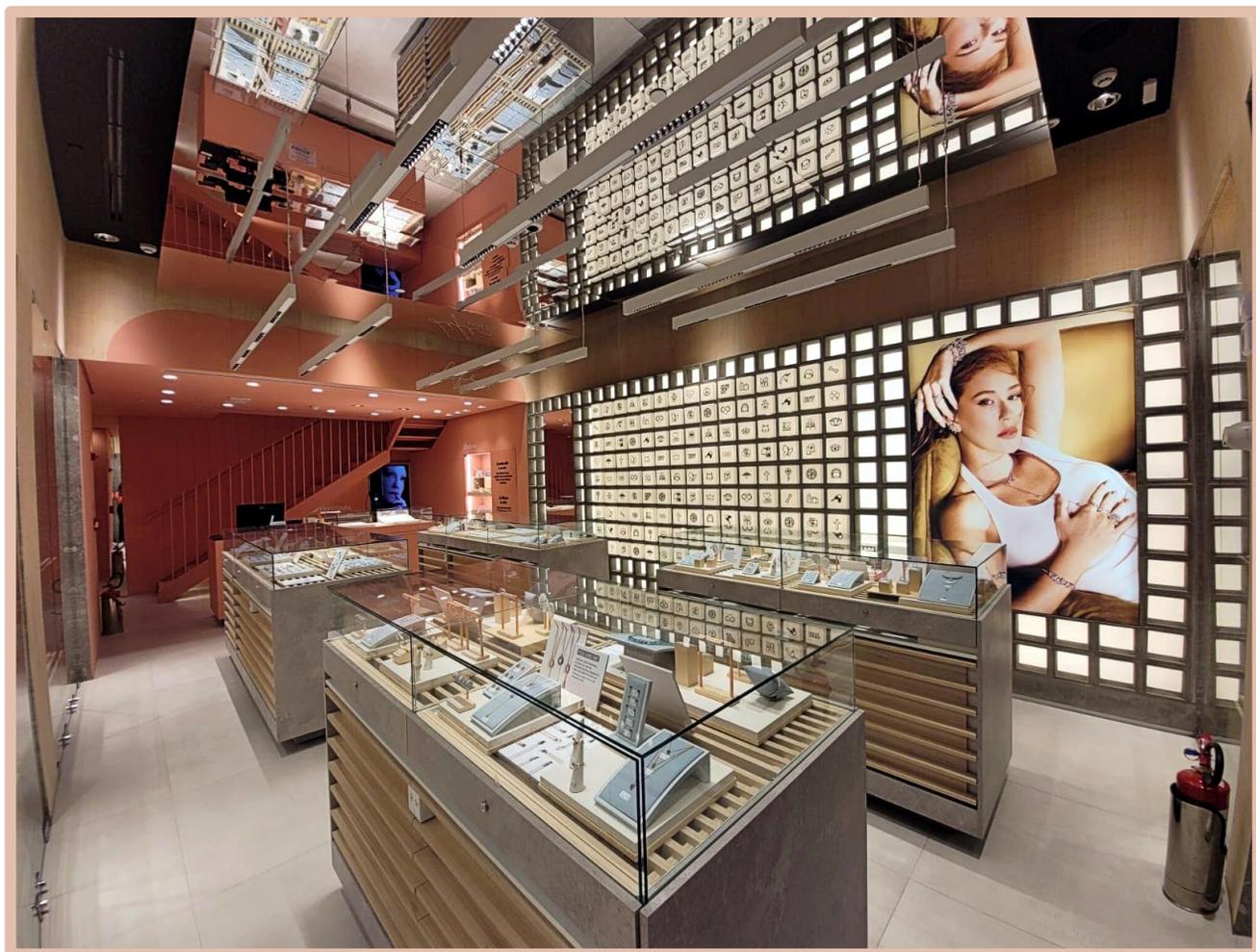
Lojas LIFE

Com o forte aumento da expansão de lojas exclusivas da marca Life nos últimos anos, a participação do canal Life na receita do canal físico cresceu significativamente, representando agora 22,0%, 6,8 p.p. maior que no 4T22. As lojas Life atingiram uma receita de R\$ 184,0 milhões no 4T23 e R\$ 431,8 milhões em 2023, crescimentos de 76,8% e 103,5%, respectivamente.

A expansão de receita é explicada pela (i) abertura de 45 novas lojas exclusivas da marca Life nos últimos 12 meses, com um crescimento de 64,2% da área de vendas, (ii) pelo crescimento, no trimestre, de 24,7% do *Same Store Sales* (SSS) de lojas Life acima da média do parque total, (iii) pela diversificação do portfólio disponível, aumentando o sortimento e trazendo tendências de moda para os produtos da marca, (iv) pela correta estratégia de comunicação e marketing, focada no aumento de *awareness* e (v) pela força da categoria Life nas vendas da Black Friday, que chegou a representar 46,8% do total de vendas durante os 14 dias de campanha.

Ao final de 2023, a Companhia atingiu 33 lojas maduras exclusivas da marca Life. A receita dessas lojas, no 4T23, cresceu 25,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em 2023, o crescimento foi de 31,2%. Considerando os últimos 12 meses, as lojas maduras alcançaram uma média de R\$ 6,4 milhões de faturamento.

No 4T23, as lojas Life desempenharam um papel de destaque nas vendas da categoria Life, representando 45,2% do total, um aumento significativo de 11,5 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No ano de 2023, a representação foi de 42,7%, um aumento de 14,3 p.p. comparado ao ano de 2022.



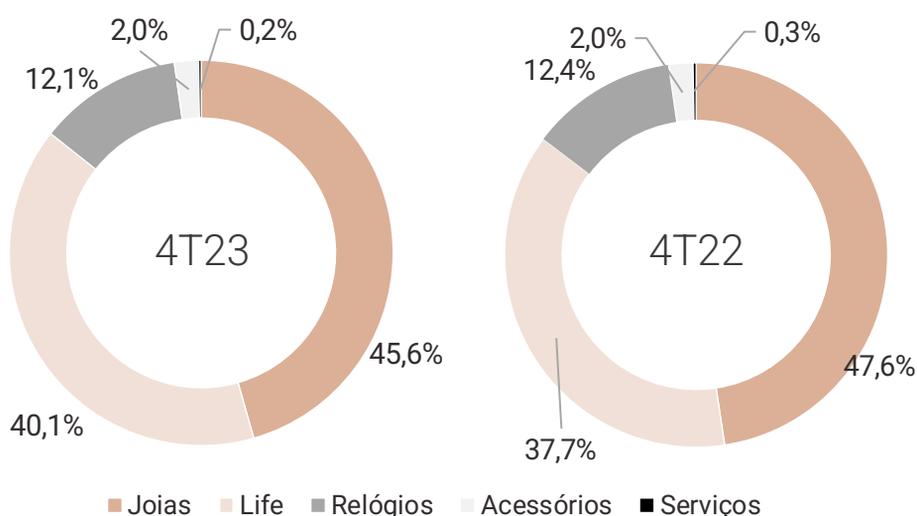
Com relação ao mix de vendas, o destaque do trimestre segue sendo a marca Life, que atingiu um faturamento de R\$ 407,4 milhões, crescendo 31,8% em relação ao 4T22, com expansão de 2,4 p.p. de participação na venda total. Esse desempenho da categoria é explicado, principalmente, pela adição de 45 novas lojas exclusivas da marca Life nos últimos 12 meses, bem como pelo forte crescimento das lojas maduras e acelerada curva de maturação das lojas inauguradas nos últimos 24 meses.

A marca Life segue reduzindo a dependência de uma só linha de produtos, pulverizando os lançamentos em coleções com tendências e apelo de moda. Como acompanhado, desde meados de 2022, as coleções continuam ganhando representatividade nas vendas da marca, representando, nos últimos 12 meses, mais de 58% da venda total da categoria.

No 4T23, a marca Vivara, que concentra a categoria de Joias, apresentou uma aceleração de crescimento comparado ao trimestres imediatamente anteriores. O crescimento de 18,7%, em relação ao 4T22, foi impulsionado por um ajuste de *mix* de produtos, com o lançamento de coleções com itens mais tradicionais e menos modais, voltados para o básico e clássico da joalheria.

Em 2023, a categoria Life alcançou um faturamento de R\$1,0 bilhão, 35,5% maior do que o faturamento de 2022, representando uma participação de 36,3% nas vendas totais da Companhia, um aumento de 3,8 p.p contra 2022. A categoria de Joias representou 48,9% das vendas totais, com um faturamento de R\$1,4 bilhão, crescimento de 13,8%.

Receita por Categoria (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
Receita Bruta (Líqu. de devoluções)	1.017.181	820.402	24,0%	2.788.016	2.299.920	21,2%
Joias	463.693	390.663	18,7%	1.364.393	1.199.370	13,8%
Life	407.413	309.218	31,8%	1.010.800	746.051	35,5%
Relógios	123.188	101.633	21,2%	337.500	295.809	14,1%
Acessórios	20.719	16.790	23,4%	65.936	50.306	31,1%
Serviços	2.168	2.098	3,3%	9.386	8.384	12,0%
Deduções da Receita	(239.054)	(176.357)	35,6%	(601.041)	(456.184)	31,8%
Receita Líquida	778.127	644.045	20,8%	2.186.975	1.843.735	18,6%

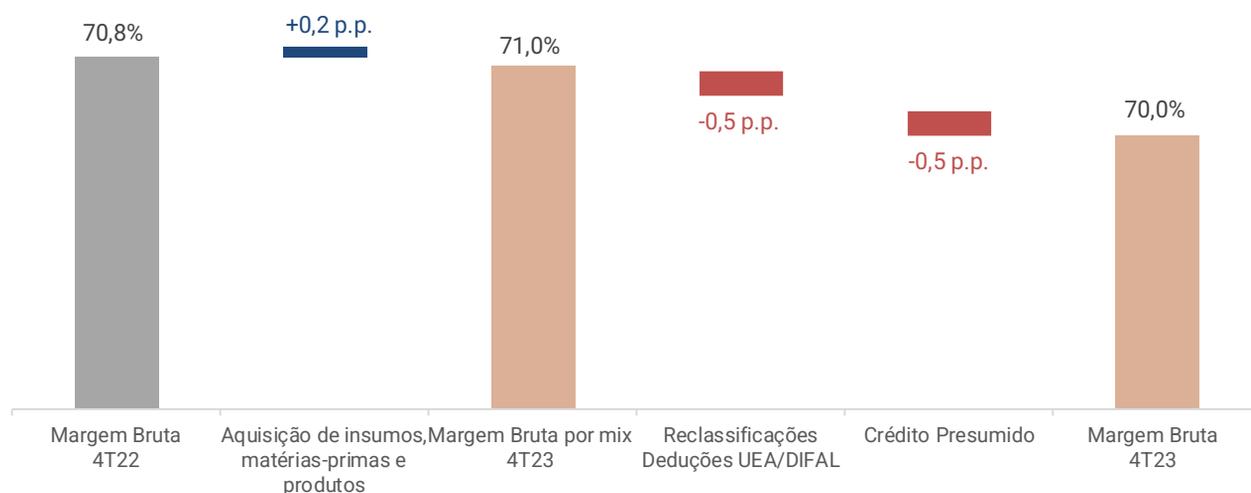


Lucro Bruto (R\$ mil) e Margem Bruta (%)	4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
Receita Bruta (Liq. de devoluções)	1.017.181	820.402	24,0%	2.788.016	2.299.920	21,2%
Receita Líquida	778.127	644.045	20,8%	2.186.975	1.843.735	18,6%
Custo Total	(233.742)	(187.919)	24,4%	(670.864)	(573.528)	17,0%
% Receita Bruta	-23,0%	-22,9%	(0,1 p.p.)	-24,1%	-24,9%	0,9 p.p.
% Receita Líquida	-30,0%	-29,2%	(0,9 p.p.)	-30,7%	-31,1%	0,4 p.p.
Aquisição de insumos, matérias-primas e produtos	(215.251)	(170.549)	26,2%	(594.969)	(508.271)	17,1%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	-21,2%	-20,8%	(0,4 p.p.)	-21,3%	-22,1%	0,8 p.p.
% Receita Líquida	-27,7%	-26,5%	(1,2 p.p.)	-27,2%	-27,6%	0,4 p.p.
Despesas Fábrica	(18.491)	(17.370)	6,5%	(75.895)	(65.257)	16,3%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	-1,8%	-2,1%	0,3 p.p.	-2,7%	-2,8%	0,1 p.p.
% Receita Líquida	-2,4%	-2,7%	0,3 p.p.	-3,5%	-3,5%	0,1 p.p.
Pessoal	(15.124)	(14.095)	7,3%	(61.331)	(52.529)	16,8%
Despesas gerais da fábrica	(1.549)	(1.697)	-8,7%	(7.624)	(7.125)	7,0%
Depreciação	(1.818)	(1.578)	15,2%	(6.940)	(5.603)	23,9%
Lucro Bruto	544.385	456.126	19,3%	1.516.111	1.270.208	19,4%
Margem Bruta (% Receita Líquida)	70,0%	70,8%	(0,9 p.p.)	69,3%	68,9%	0,4 p.p.

O Lucro Bruto do 4T23 totalizou R\$ 544,4 milhões, crescimento de 19,3% na comparação com o mesmo período de 2022, atingindo Margem Bruta de 70,0%. No acumulado do ano, a Margem Bruta alcançou 69,3%, com expansão de 0,4 p.p..

Neste trimestre, a Margem Bruta foi impactada pelo: (i) efeito das reclassificações de Despesas com Impostos, antes registradas na rubrica de "Impostos e Taxas", em Despesas de Vendas, e que, desde o 2T23, passaram a compor o total de Deduções da Receita, afetando em 0,5 p.p. a comparabilidade dos períodos analisados; (ii) menor volume de Crédito Presumido, que afetou em 0,5 p.p. a comparação entre os períodos, efeito natural do período de transição da fábrica de joias e menor volume produzido no período; (iii) maior volume de importação da categoria Life, que reduziu marginalmente a rentabilidade Bruta da categoria; (iv) normalização do nível de Perda de Estoque, registrada no Custo de Mercadoria Vendida, após implantação da estação de purificação de metais, que beneficiou a Margem Bruta do 4T22 em 0,6 p.p.; e (v) representatividade da campanha de Black Friday nas vendas do período, que no 4T23 foi 1,7 p.p. maior que no 4T22.

Importante destacar que 2023 foi um ano de importantes mudanças, e que mesmo com efeitos transitórios, que afetam a comparabilidade dos períodos, atestam a solidez da rentabilidade do negócio, a adequada composição de estoque em todas as categorias e a assertiva política de precificação da Companhia. No Ano, a somatória do aumento das Deduções da Receita, pela reclassificação de despesas, mencionada acima e do menor Crédito Presumido, pela transição da fábrica, afetou a Margem Bruta do ano em 1,0 p.p..



Despesas Operacionais	4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
Despesas Operacionais (SG&A)	(322.233)	(252.424)	27,7%	(957.274)	(784.611)	22,0%
% Receita Bruta	-31,7%	-30,8%	(0,9 p.p.)	-34,3%	-34,1%	0,0 p.p.
% Receita Líquida	-41,4%	-39,2%	(2,2 p.p.)	-43,8%	-42,6%	(1,2 p.p.)
Despesas com Vendas	(255.700)	(194.965)	31,2%	(738.471)	(589.440)	25,3%
% Receita Bruta	-25,1%	-23,8%	(1,4 p.p.)	-26,5%	-25,6%	(0,9 p.p.)
% Receita Líquida	-32,9%	-30,3%	(2,6 p.p.)	-33,8%	-32,0%	(1,8 p.p.)
Despesas Gerais e Administrativas	(66.533)	(57.459)	15,8%	(218.803)	(195.171)	12,1%
% Receita Bruta	-6,5%	-7,0%	0,5 p.p.	-7,8%	-8,5%	0,6 p.p.
% Receita Líquida	-8,6%	-8,9%	0,4 p.p.	-10,0%	-10,6%	0,6 p.p.
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	1.124	5.395	-79,2%	18.955	(901)	2204,7%
Total de Despesas	(321.108)	(247.029)	30,0%	(938.320)	(785.512)	19,5%

Despesas Operacionais (ex. não recorrentes)	4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
Despesas Operacionais (SG&A) (ex. não recorrentes)	(311.232)	(252.424)	23,3%	(932.503)	(779.111)	19,7%
% Receita Bruta	-30,6%	-30,8%	0,2 p.p.	-33,4%	-33,9%	0,4 p.p.
% Receita Líquida	-40,0%	-39,2%	(0,8 p.p.)	-42,6%	-42,3%	(0,4 p.p.)
Despesas com Vendas (ex. não recorrentes)	(255.700)	(194.965)	31,2%	(734.333)	(589.440)	24,6%
% Receita Bruta	-25,1%	-23,8%	(1,4 p.p.)	-26,3%	-25,6%	(0,7 p.p.)
% Receita Líquida	-32,9%	-30,3%	(2,6 p.p.)	-33,6%	-32,0%	(1,6 p.p.)
Despesas Gerais e Administrativas (ex. não recorrentes)	(55.533)	(57.459)	-3,4%	(198.170)	(189.671)	4,5%
% Receita Bruta	-5,5%	-7,0%	1,5 p.p.	-7,1%	-8,2%	1,1 p.p.
% Receita Líquida	-7,1%	-8,9%	1,8 p.p.	-9,1%	-10,3%	1,2 p.p.
Outras Despesas (Receitas) Operacionais (ex. não recorrentes)	1.124	5.395	-79,2%	5.837	1.680	247,4%
Total de Despesas (ex. não recorrentes)	(310.108)	(247.029)	25,5%	(926.666)	(777.431)	19,2%

Para melhorar a comparabilidade, a tabela acima demonstra a eliminação dos efeitos não recorrentes, conforme segue: (i) para o 4T23, R\$ 3,8 milhões referente à rescisão de diretoria estatutária e (ii) R\$ 7,2 milhões de êxito de advogados. Além das despesas mencionadas acima, para o ano de 2023, foram excluídas também as seguintes despesas/receitas: (i) despesa de bônus extraordinária na fábrica; (ii) despesa de R\$ 3,4 milhões de rescisão de diretoria estatutária; (iii) R\$2,6 milhões em êxito de advogados e (iv) receita de 13,6 milhões de créditos extemporâneos de PIS e Cofins. Já para o resultado de 2022 foram excluídos os seguintes efeitos: (i) fee de sucesso de R\$5,5 milhões, referente à eliminação de riscos tributários em autos de infração relacionados ao desembaraço de importação entre 2012 e 2014; (ii) R\$2,6 milhões referente à constituição de provisão adicional para o DIFAL, do exercício de 2021.

Para eliminar o impacto do aumento das Deduções da Receita na análise da eficiência operacional da Companhia em gerir despesas, a análise abaixo será feita com base nas despesas como percentual da Receita Bruta (líq. de devoluções), excluindo os efeitos não recorrentes.

As Despesas Operacionais (SG&A) do trimestre atingiram R\$ 311,2 milhões, o equivalente a 30,6% da Receita Bruta (líq. de devoluções), 0,2 p.p. melhor que o realizado no ano anterior.

As Despesas com Vendas aumentaram 31,2%, com pressão de 1,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente, (i) pela reclassificação de despesas antes registradas como Gerais e Administrativas e, pela relação direta à operação de venda, passaram a compor as despesas de vendas no montante de R\$ 7,7 milhões; (ii) pela adição de 61 lojas nos últimos 12 meses, bem como pelas lojas em maturação; (iii) pelo aumento das despesas com consultorias atreladas à aceleração das vendas digitais; (iii) pelos gastos relacionados à manutenção de lojas e temporários de lojas e logística; (iii) pelos investimentos no aprimoramento da infraestrutura de TI das lojas já existentes e novas lojas.

As Despesas Gerais e Administrativas (G&A) apresentaram uma diluição de 1,5 p.p. com relação à Receita Bruta (líq. de devoluções), comparado ao 4T22. Conforme explicado anteriormente, a reclassificação de despesas mencionada no parágrafo anterior beneficiou a rubrica de Despesas com Pessoal do G&A em R\$ 8,2 milhões.

Importante ressaltar que as mudanças mencionadas não afetam os indicadores operacionais e refletem melhor a natureza de cada uma das despesas.

As Outras Despesas (Receitas) Operacionais do 4T23 registraram uma receita de R\$ 1,1 milhão.

4T23 | EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
Lucro Líquido	144.150	157.757	-8,6%	369.245	360.854	2,3%
<i>Margem líquida (%)</i>	<i>18,5%</i>	<i>24,5%</i>	<i>(6,0 p.p.)</i>	<i>16,9%</i>	<i>19,6%</i>	<i>(2,7 p.p.)</i>
(+) IR/CSLL	27.554	10.205	170,0%	31.598	(29.820)	206,0%
(+) Resultado financeiro	17.254	12.280	40,5%	49.804	45.338	9,9%
(+) Depreciação e Amortização	36.137	30.434	18,7%	134.085	113.926	17,7%
EBITDA Total	225.095	210.676	6,8%	584.731	490.298	19,3%
(-) Despesas de aluguel (IFRS16)	(35.695)	(32.670)	9,3%	(112.649)	(97.297)	15,8%
(+) Efeitos não recorrentes	11.000	-	n.a	7.516	8.081	-7,0%
EBITDA Ajustado	200.400	178.006	12,6%	479.598	401.082	19,6%
<i>Margem EBITDA Ajustada (%)</i>	<i>25,8%</i>	<i>27,6%</i>	<i>(1,9 p.p.)</i>	<i>21,9%</i>	<i>21,8%</i>	<i>0,2 p.p.</i>

Efeitos não recorrentes em 2023: (i) para o 4T23, R\$ 3,8 milhões referente à rescisão de diretoria estatutária e (ii) R\$ 7,2 milhões de êxito de advogados. Além das despesas mencionadas acima, para o ano de 2023, foram excluídas também as seguintes despesas/receitas: (i) despesa de bônus extraordinária na fábrica; (ii) despesa de R\$ 3,4 milhões de rescisão de diretoria estatutária; (iii) R\$2,6 milhões em êxito de advogados e (iv) receita de 13,6 milhões de créditos extemporâneos de PIS e Cofins.

Efeitos não recorrentes em 2022: (i) fee de sucesso de R\$5,5 milhões, referente à eliminação de riscos tributários em autos de infração relacionados ao desembaraço de importação entre 2012 e 2014; (ii) R\$2,6 milhões referente à constituição de provisão adicional para o DIFAL, do exercício de 2021.

No 4T23, a Companhia registrou R\$ 200,4 milhões de EBITDA Ajustado, com Margem EBITDA Ajustada de 25,8%. O EBITDA do trimestre foi ajustado pela despesa de aluguel dos contratos classificados pelo IFRS/16, bem como por efeitos não recorrentes, conforme segue: (i) R\$ 3,8 milhões de rescisão de membros da diretoria estatutária e (ii) fee de sucesso de R\$ 7,2 milhões, referentes a) ao processo que gerou uma receita com créditos extemporâneos de PIS/COFINS e b) ao aproveitamento de créditos de ICMS, devido ao reconhecimento da relação de interdependência entre a Conipa e Tellerina em Novembro de 2023.

A Margem EBITDA Ajustada atingiu 25,8% e foi impactada, principalmente, pelo menor crédito presumido gerado no período e pelo aumento de despesas operacionais, em razão do aumento do parque de lojas e aprimoramento da infraestrutura tecnológica, importante para impulsionar o novo ciclo de crescimento.

Em 2023, o EBITDA Ajustado da Companhia atingiu R\$ 479,6 milhões, um crescimento de 19,6% comparado ao ano de 2022 e uma Margem EBITDA Ajustada de 21,9%, expandindo 0,2 p.p. contra o ano anterior. Vale destacar que em um ano de projetos relevantes nas fundações do negócio, a Companhia foi capaz de proteger a rentabilidade, mesmo diante de efeitos transitórios, que impactam a comparabilidade dos períodos.

4T23 | LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

Reconciliação do Lucro Líquido (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
EBITDA Ajustado	200.400	178.006	12,6%	479.598	401.082	19,6%
<i>Margem EBITDA Ajustada (% Receita Líquida)</i>	<i>25,8%</i>	<i>27,6%</i>	<i>(1,9 p.p.)</i>	<i>21,9%</i>	<i>21,8%</i>	<i>0,2 p.p.</i>
(-) Despesas de aluguel (IFRS16)	35.695	32.670	9,3%	112.649	97.297	15,8%
(-) Efeitos não recorrentes (Despesas Operacionais)	(11.000)	-	-	(7.516)	(8.081)	-7,0%
(+) Depreciação e Amortização	(36.137)	(30.434)	18,7%	(134.085)	(113.926)	17,7%
(+) Resultado financeiro	(17.254)	(12.280)	40,5%	(49.804)	(45.338)	9,9%
(+) IR/CSLL	(27.554)	(10.205)	170,0%	(31.598)	29.820	-206,0%
Lucro Líquido	144.150	157.757	-8,6%	369.245	360.854	2,3%
<i>Margem Líquida (% Receita Líquida)</i>	<i>18,5%</i>	<i>24,5%</i>	<i>(6,0 p.p.)</i>	<i>16,9%</i>	<i>19,6%</i>	<i>(2,7 p.p.)</i>

A Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 144,1 milhões no trimestre e Margem Líquida de 18,5%. Em 2023, o Lucro Líquido da Companhia foi de R\$ 369,2 milhões, com uma Margem Líquida de 16,9%.

A pressão da Margem Líquida no período é explicada (i) pelo resultado operacional; (ii) pela normalização do Imposto Diferido; e (iii) pela diferença do nível de crédito presumido entre os períodos, em razão do menor volume produzido pela indústria.

Investimentos (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
Capex Total	38.795	31.314	23,9%	178.186	137.731	29,4%
Novas lojas	22.903	15.736	45,5%	72.771	64.699	12,5%
Reformas e Manutenção	1.328	3.337	-60,2%	27.026	20.398	32,5%
Fábrica	5.234	1.502	248,4%	36.421	8.259	341,0%
Sistemas/TI	7.273	6.042	20,4%	29.333	26.143	12,2%
Outros	2.058	4.697	-56,2%	12.636	18.231	-30,7%
CAPEX/Receita Líquida (%)	5,0%	4,9%	0,1 p.p.	8,1%	7,5%	0,7 p.p.

No 4T23, os investimentos totalizaram R\$ 38,8 milhões, um aumento de 23,9% em relação aos investimentos do 4T22, explicado pelo (i) aumento nos investimentos da implantação da nova fábrica, (ii) a inauguração de 3 lojas Vivara e 19 lojas Life no trimestre e (iii) pelos investimentos em sistemas de TI, principalmente referentes à segunda fase do projeto de implementação do sistema SAP4Hana. Em 2023, o CAPEX totalizou R\$ 178,2 milhões, crescimento de 29,4% em relação à 2022, maior nível histórico já registrado.

4T23 | ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida (R\$ mil)	2023	2022	Δ %	9M23	Δ %
Empréstimos e Financiamentos	271.463	225.157	20,6%	274.382	-1,1%
Curto Prazo	111.463	116.970	-4,7%	141.777	-21,4%
Longo Prazo	160.000	108.186	47,9%	132.604	20,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	304.490	382.867	-20,5%	206.834	47,2%
Caixa Líquido	(33.026)	(157.710)	-79,1%	67.548	148,9%
EBITDA Ajustado LTM (últimos 12 meses)	479.598	401.082	19,6%	457.092	4,9%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	-	0,1x	-	0,4x	na

No final de 2023, a Companhia retomou à posição de Caixa Líquido. No período, o Endividamento Bruto aumentou em 20,6%, quando comparado a Dezembro de 2022 e reduziu 1,1%, na comparação com o acumulado em 9M23.

4T23 | GERAÇÃO DE CAIXA

Geração de Caixa (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ% 23vs22	2023	2022	Δ% 23vs22
Lucro Líquido	144.150	157.753	-8,6%	369.245	360.854	2,3%
(+/-) IR/CSLL e Outros Ajustes	26.638	10.806	146,5%	42.946	2.483	1629,3%
Lucro Líquido Ajustado	170.789	168.559	1,3%	412.190	363.338	13,4%
Capital de Giro	(44.732)	(88.193)	-49,3%	(269.326)	(345.909)	-22,1%
Contas a Receber	(272.035)	(216.901)	25,4%	(167.675)	(131.616)	27,4%
Estoques	92.660	64.684	43,2%	(73.548)	(182.618)	-59,7%
Fornecedores	(27.869)	(42.463)	-34,4%	(42.059)	(12.348)	240,6%
Impostos a Recuperar	56.499	(3.539)	1696,6%	29.351	(33.510)	187,6%
Obrigações Tributárias	34.525	47.503	-27,3%	(38.368)	(15.456)	148,2%
Outros ativos e passivos	71.488	62.521	14,3%	22.974	29.639	-22,5%
Caixa das Atividades Operacionais Gerencial	126.057	80.366	56,9%	142.864	17.429	719,7%
Capex	(38.795)	(31.315)	23,9%	(178.186)	(137.731)	29,4%
Consumo/Geração de Caixa Livre ⁽¹⁾	87.262	49.051	77,9%	(35.321)	(120.302)	-70,6%

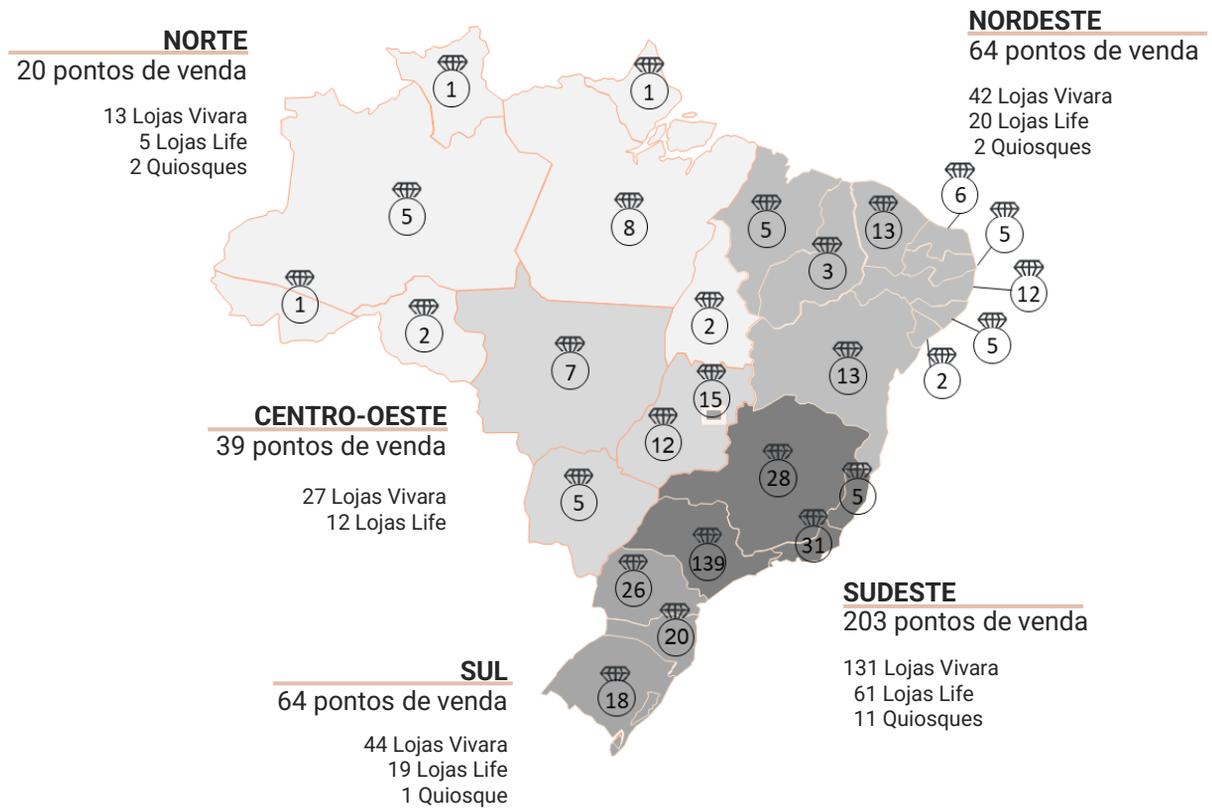
(1) Essa é uma medição gerencial, não contábil, elaborada pela Companhia, e não é parte integrante do escopo de trabalho da auditoria independente.

No 4T23, a Companhia gerou R\$ 126,1 milhões de caixa operacional, 56,9% a mais que no 4T22. A geração de caixa livre alcançou a marca de R\$ 87,3 milhões, beneficiada, principalmente pela menor alocação em estoques e pela recuperação dos créditos gerados pela aprovação, em Novembro, do regime de interdependência, em que a Tellerina passou a utilizar os créditos de ICMS gerados pela Conipa, no estado de São Paulo. A alocação em capital de giro foi impactada pela conta de fornecedores, em razão da redução da compra de matéria prima, no final do ano, tanto para fornecedores convênio, com adesão ao risco sacado, quanto para os demais.

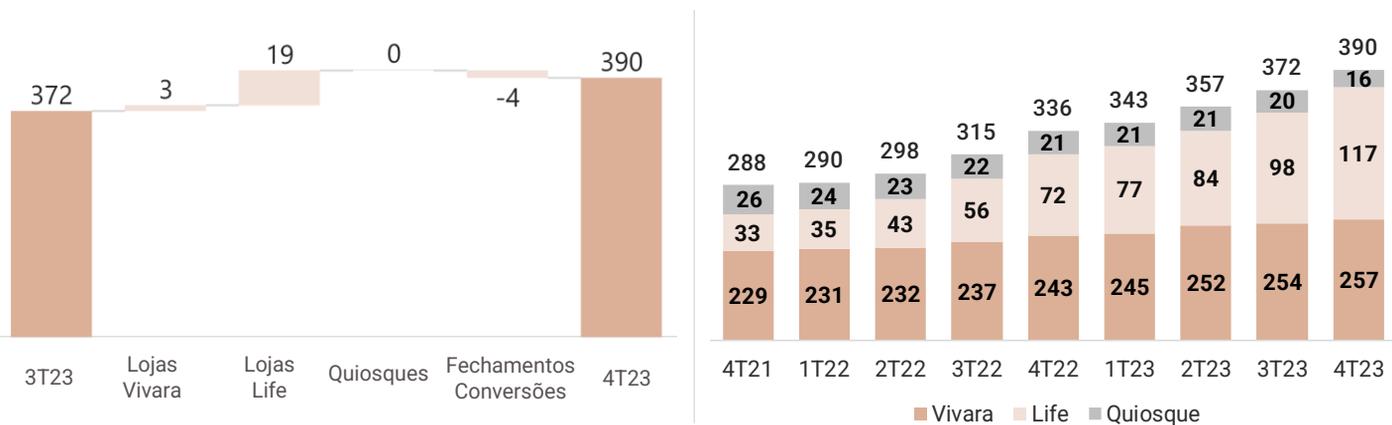
A Companhia encerra o ano de 2023 com 390 pontos de vendas em operação, sendo 257 lojas Vivara, 117 lojas Life e 16 quiosques, com um total de 32.405,75 metros quadrados de área de venda. Mantendo o ritmo acelerado de expansão esperado para o ano, a Companhia completou a abertura de 61 novas lojas, sendo 16 lojas Vivara e 45 lojas Life, com uma adição de 4.640,85 metros quadrados de área de venda, mais um recorde histórico de crescimento.

Presente em todos os estados do Brasil, atualmente, as lojas Vivara possuem 51% de concentração na região Sudeste.

As lojas Life já marcam presença em 100% das regiões brasileiras, concentrando 52% das lojas também na região Sudeste.



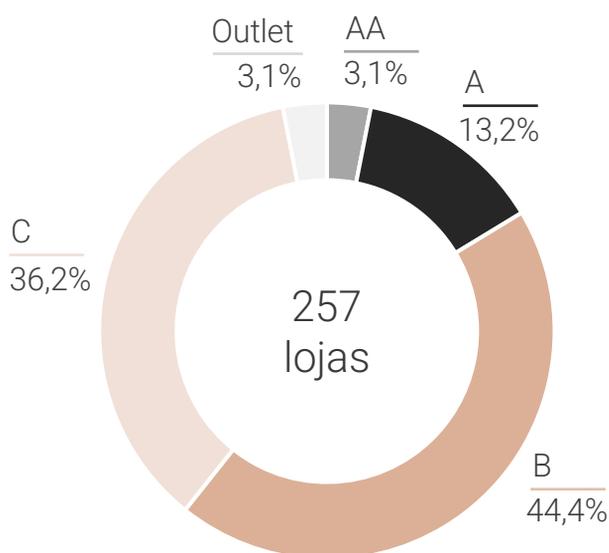
EXPANSÃO 4T23



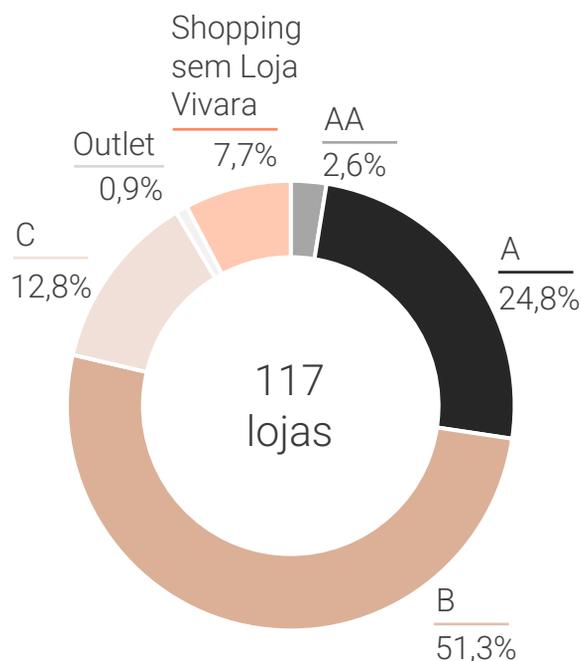
A Companhia estabelece a clusterização de suas operações de lojas Vivara em diferentes perfis de shoppings, levando em consideração segmentação de renda, porte da cidade e portfólio de lojas, variando da classificação AA até os Outlets. As lojas de cada perfil se diferenciam pelo sortimento disponível, bem como pela arquitetura e mobiliário.

Conforme classificações, a dispersão de lojas Vivara nos diferentes segmentos de shoppings pelo Brasil se dá conforme abaixo.

Lojas Vivara



Lojas Life



Os perfis aqui reportados para lojas Life refletem a classificação feita para a loja Vivara do mesmo shopping, tendo em vista que, para lojas Life, ainda não existe diferenciação de formatos e sortimento de produtos em shoppings de perfis distintos.

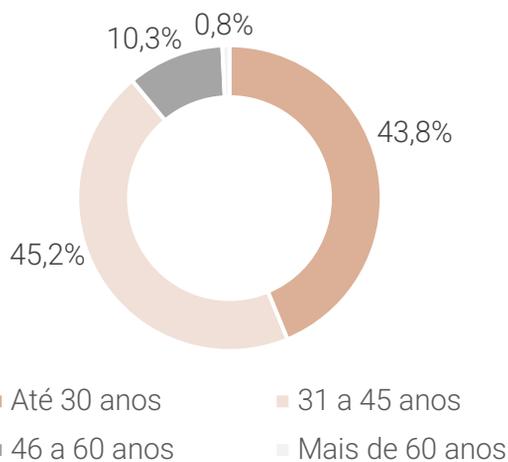
A Vivara encerrou ano de 2023 comemorando a importante marca de 4.950 pessoas engajadas em entregar sempre mais e melhor. Divididas em quatro diferentes áreas, lojas, fábrica logística e escritório, as pessoas se desdobraram em suas funções para entregar um ano de importantes transformações.

Em outubro, a Companhia reuniu em sua Convenção Anual de Vendas, mais de 430 pessoas do time de lojas, que são as pessoas que, diariamente, tem um desafio de fascinar os clientes. Foram dias imersos em treinamento, muito aprendizado e conteúdo, conversando de produto, de marketing, de gestão, de omnicanalidade, entre outros.

Nesse ano, para as lojas, foi implantado o programa "Ser Líder na Vivara", focado na contratação, desenvolvimento de perfil de liderança, feedback, liderança situacional, entre outros. Considerando também os treinamentos à equipe do corporativo, a Companhia totalizou mais de 393 horas de treinamento aos colaboradores.

Além disso, também esse ano, a Vivara realizou o primeiro Censo de Diversidade com colaboradores, a fim de levantar o cenário da Companhia quanto aos principais marcadores de diversidade: etnia, gênero, orientação afetivo-sexual e pessoas com deficiência.

Faixa Etária



Perfil por Gênero



Com o objetivo de fortalecer a agenda ESG, consolidando as ações e projetos estabelecidos priorizando a Diversidade, o Empoderamento Feminino e a Responsabilidade Social e Ambiental da nossa cadeia de fornecimento, matéria prima e operações, desde 2019 investimos em iniciativas para impulsionar a agenda, como: (i) aderimos ao IRMA (*Initiative for Responsible Mining Assurance*), iniciativa para a garantia de mineração responsável, (ii) implementamos o programa de Auditoria na Cadeia de Fornecimento, e empoderamento da mulher, utilizando os Princípios do Empoderamento das Mulheres da Organização das Nações Unidas como norteador, (iii) alcançamos o marco de realizar auditoria em 100% dos nossos fornecedores diretos, (iv) passamos a incluir a agenda ESG em nosso Planejamento Estratégico, (v) criamos a comissão de sustentabilidade e *squads* de trabalho focados em temas específicos, (vi) conquistamos o selo *Women on Board*, (vii) concluímos o primeiro inventário de gases de efeito estufa, (viii) concluímos o processo de auditoria para obtenção da Certificação do *Responsible Jewellery Council* (RJC), nos tornando a primeira joalheria brasileira a obter a certificação, (ix) inauguramos a primeira loja da Companhia com certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), projeto que busca incentivar e acelerar a adoção de práticas de construção sustentável, entre outras.

Em 2023, continuando nossa agenda ESG, ampliamos a nossa parceria com o Instituto Jô Clemente, incluindo pessoas com deficiência intelectual para atendimento em nossas lojas. Também passamos a integrar a 1ª carteira do IDIVERSA B3, índice elaborado pela B3 para reconhecer as companhias listadas que se destacam em diversidade, além de promover maior representatividade de grupos minoritários, como o gênero feminino, pessoas negras e indígenas no mercado. Em agosto, a Companhia foi convidada a participar do painel sobre ouro, tecnologias e mercado, na EXPOSIBRAM, congresso que reúne as principais companhias mineradoras para a discussão de temas relacionados à indústria mineral nacional e internacional. Além disso, inauguramos a nova fábrica de prata e relógios, usando processos e ferramentas mais ecoeficientes e migramos para o Mercado Livre de Energia, passando a usar 100% de energia renovável na nossa fábrica.

Mostrando cada vez mais comprometimento com a gestão do tema de sustentabilidade internamente, definimos indicadores ESG para monitoramento e controle, com isso, reforçamos a transversalidade do tema e a integração à cultura da Companhia.

Damos atenção especial aos critérios de rastreabilidade e transparência na cadeia de fornecimento da matéria-prima. Pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia atingiu 100% de aderência dos fornecedores diretos à auditoria e com nota média de 98,7% de atendimento ao *checklist* de conformidade. Essa ação reforça nosso compromisso com o uso responsável de recursos naturais e minimização de impactos socioambientais.

OURO



Fornecedor com certificação LBMA (*London Bullion Market Assurance*), garantindo que a extração e operação da mina sejam feitas de maneira correta e justa para as pessoas e o meio ambiente.

PRATA



Fornecedor certificado pelo RJC (*Responsible Jewellery Council*), assegurando a ética e a responsabilidade socioambiental desde sua extração.

DIAMANTE



Todos os diamantes são extraídos de minas conhecidas e de garimpo legal em países fora de zonas de conflito, através do Processo *Kimberley*.

GEMAS CORADAS

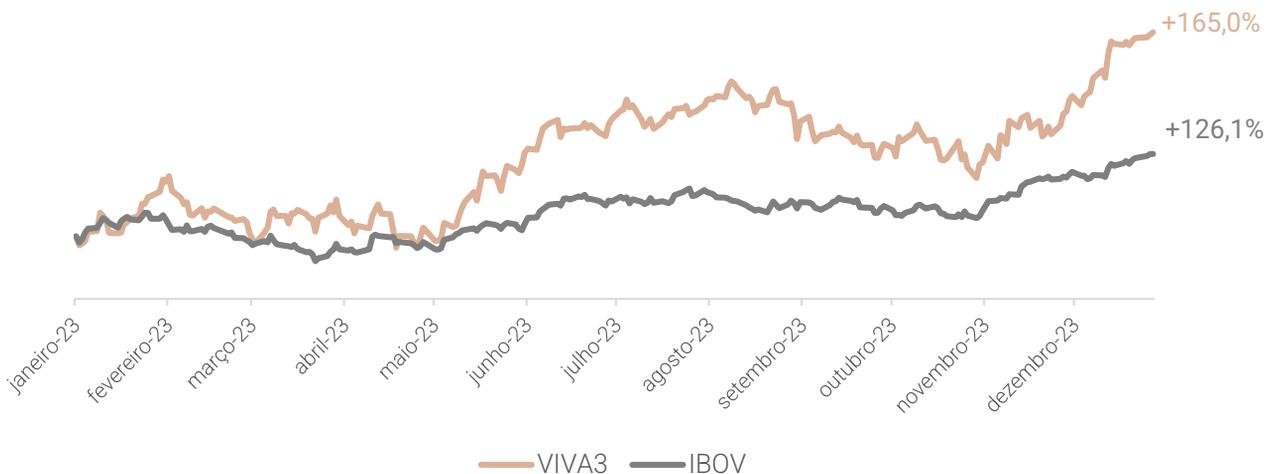


Atendimento do nosso rígido Código de Conduta e Política de Fornecimento e criação de protocolos que possam garantir a rastreabilidade desses materiais.

Em 2023, a Vivara completou quatro anos de listagem, com as ações negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código VIVA3. No ano, as ações VIVA3 valorizaram 165,0%, atingindo um valor de mercado de R\$ 8,1 bilhões em 30 de dezembro, enquanto o Ibovespa teve uma valorização de 126,1%. O volume financeiro médio diário de negociação das ações da Vivara foi de R\$ 54,7 milhões em 2023.

As ações da Vivara integram dez índices B3, sendo eles: IBRX-100 (Índice Brasil 100), IBRA (Índice Brasil Ampla), ICON (Índice de Consumo), IDIVERSA (Índice de Diversidade), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), IGC-NM (Índice de Ações com Governança Corporativa Novo Mercado), IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade), INDX (Índice Industrial), ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado) e SMLL (Índice Small Cap):

IBRX100 B3 IBRA B3 ICON B3 IDIVERSA B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 INDX B3 ITAG B3 SMLL B3



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Vivara tem suas ações listadas no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da bolsa

O Conselho de Administração é composto por 5 membros, sendo 80% membros independentes e 60% mulheres. A definição da composição do Conselho levou em consideração a diversidade de experiências e complementariedade de qualificações, para que o órgão contemple as competências necessárias para execução do plano estratégico desenhado para os próximos anos.

A Companhia possui também 3 comitês de apoio e monitoramento: Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças; Comitê de Pessoas, Cultura e Governança; e Comitê de Assuntos Estratégicos. A função principal dos comitês é propiciar ao Conselho de Administração os elementos e subsídios necessários ao processo decisório e apoiar a Diretoria nas políticas aprovadas pelo seu Conselho de Administração.

Conselho de Administração

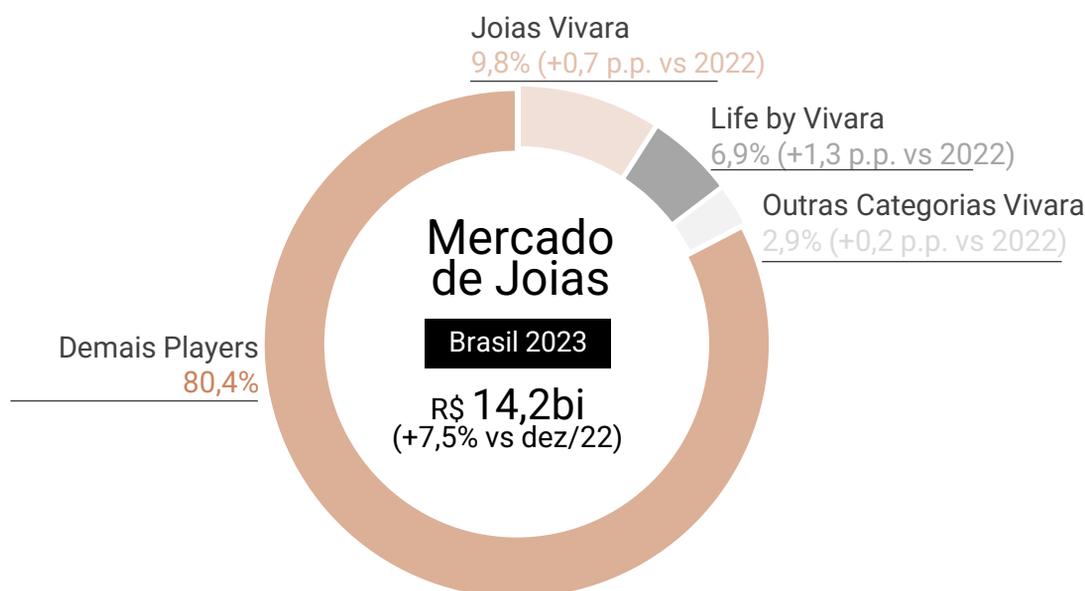
- João Cox Neto
Presidente
- Anna Andrea Votta Alves Chaia
Membro independente
- Fábio José Silva Coelho
Membro independente
- Tarcila Reis Corrêa Ursini
Membro independente
- Marina Kaufman Bueno Netto
Membro

Diretoria Estatutária

- Nelson Kaufman
Diretor Presidente e Operações
- Otávio Chacon do Amaral Lyra
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- Marina Kaufman Bueno Netto
Diretora de Marketing e Sustentabilidade

- 2024 – A Companhia inicia o ano com boas perspectivas e otimista com os projetos a serem entregues nos próximos meses. O parque de lojas inauguradas no últimos meses tem demonstrado boa aderência aos retornos projetados. Desta forma, os indicativos inerentes ao negócio apontam para mais um ano de entregas e resultados consistentes, mesmo em face aos novos desafios fiscais que se materializaram no final do ano assado. A operação da nova planta industrial de Manaus nos habilita a projetar ganhos de rentabilidade capazes de neutralizar o aumento da carga fiscal. Temos investido fortemente na escalabilidade da operação fabril, para aumentar a internalização da categoria Life, enquanto trabalhamos no desenvolvimento de produtos para otimizar nosso portfólio em todas as marcas e categorias.
- Expansão – Ainda com foco na expansão de lojas Life dada a atratividade da oportunidade e o bom desempenho das aberturas que vêm sendo acompanhadas, a expectativa é que esse ritmo siga acelerado durante o ano de 2024, superando 2023 no número de inaugurações, com a inauguração de 70 a 80 lojas durante o ano. Até o dia 19 de março, inauguramos 16 lojas.
- Market Share – A Companhia encerra o ano com 19,6% de participação no mercado brasileiro de joias, apresentando 2,2 p.p. de expansão comparado a dezembro de 2022, sendo 9,8% para a marca de Joias Vivara, 6,9% para a marca Life e 2,9% de outras categorias. Esse desempenho é resultado do notável crescimento das lojas físicas, fruto do forte plano de expansão, bem como do sucesso de lançamentos de coleções e produtos, combinado com uma eficiente gestão de mix e preços. Para o ano de 2024, a Companhia segue confiante na manutenção e expansão de sua posição de liderança no mercado, reforçando continuamente seus projetos estratégicos e de crescimento. Em 2023, Vivara foi responsável pelo crescimento de 40% do mercado de joias no Brasil.

MARKET SHARE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Vivara Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vivara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria - PAA são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Realização de créditos tributários

Porque é um PAA?

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o montante de R\$232.376 mil de créditos tributários, principalmente relacionados ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, conforme divulgado na nota explicativa nº 8. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e a natureza da geração futura desses impostos a pagar, além de pareceres técnicos de seus assessores tributários que, baseados nas normas contábeis aplicáveis, sustentam seus respectivos reconhecimentos para realização futura.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, (ii) a elaboração da análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS envolve julgamento por parte da Diretoria da Companhia para determinar e executar ações que permitam utilização dos créditos acumulados, bem como nas projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo considerações sobre regimes tributários especiais e (iii) parte dos créditos de IRPJ e CSLL decorrentes de subvenção estão em fase de discussão administrativa, onde a Companhia envolveu seus assessores tributários para avaliação de prognósticos de sucesso.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) discussão sobre os critérios e premissas adotados pela Diretoria para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, IRPJ e CSLL; (ii) avaliação de desenho e implementação de controles internos associados à realização dos créditos tributários; (iii) análise dos controles e processos implementados pela Diretoria para reduzir o acúmulo dos créditos e a utilização dos mesmos; (iv) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos cálculos incluídos nessa análise; (v) avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas; (vi) obtenção de análises elaboradas pelos assessores tributários da Companhia e, com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos as opiniões legais, os méritos técnicos e os respectivos prognósticos de êxito em determinadas causas; e (vii) análise das classificações e adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Companhia relacionados à avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, IRPJ e CSLL, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas anteriormente e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcos Helvius Olliver Domingues Marcondes
Contador
CRC nº 1 SP 250968/O-3

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DEZEMBRO 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2023	12/2022	12/2023	12/2022			12/2023	12/2022		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	58	108	221.495	160.036	Fornecedores	12	-	-	73.629	104.961
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	82.995	155.139	Fornecedores - Convênio	12	-	-	29.519	40.247
Contas a receber	6	-	-	830.832	663.797	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	111.463	116.970
Partes relacionadas a receber	18	-	59	-	-	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	243	238	117.859	92.338
Estoques	7	-	-	782.706	709.712	Obrigações tributárias	14	24	9	85.081	111.870
Impostos a recuperar	8	1.939	2.715	118.354	55.870	Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	17.663	19.766
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos		<u>201</u>	<u>196</u>	<u>20.198</u>	<u>16.465</u>	Instrumentos derivativos passivo	15	-	-	7.216	672
Total do ativo circulante		<u>2.198</u>	<u>3.078</u>	<u>2.056.580</u>	<u>1.761.019</u>	Juros sobre capital próprio a pagar	17.c)	2	2	2	2
						Dividendos a pagar	17.c)	87.699	85.704	87.699	85.704
						Partes relacionadas a pagar	18	1.208	-	-	-
						Arrendamentos direito de uso a pagar	27	-	-	70.059	59.546
						Receitas diferidas		-	-	1.289	1.010
						Adiantamentos de clientes		-	-	13.241	13.157
						Serviços prestados a pagar		2.099	-	68.554	64.836
						Outras obrigações		<u>2.676</u>	<u>728</u>	<u>12.314</u>	<u>15.176</u>
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		<u>93.951</u>	<u>86.681</u>	<u>695.588</u>	<u>726.255</u>
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	-	67.692	NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	16	-	-	23.899	28.213	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	160.000	108.186
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b)	-	-	222.152	199.153	Instrumentos derivativos passivo	15	-	-	-	1.814
Impostos a recuperar	8	-	-	114.022	181.693	Obrigações tributárias	14	-	-	214	415
Instrumentos derivativos ativo	15	-	-	-	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributário	16	-	-	14.574	18.254
Investimentos	9	2.027.673	1.743.063	-	-	Receitas diferidas		-	-	2.669	2.693
Imobilizado	10	-	-	765.746	652.164	Arrendamentos direito de uso a pagar	27	-	-	432.625	415.097
Intangível	11	-	-	59.191	42.240	Outras obrigações		<u>2.199</u>	<u>1.508</u>	<u>2.199</u>	<u>1.508</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.027.673</u>	<u>1.743.063</u>	<u>1.185.010</u>	<u>1.171.155</u>	Total do passivo não circulante		<u>2.199</u>	<u>1.508</u>	<u>612.281</u>	<u>547.967</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17.a)	1.105.381	1.105.381	1.105.381	1.105.381
						Reservas de Capital		(53.041)	(53.041)	(53.041)	(53.041)
						Ações em tesouraria	17.b)	(24.176)	(14.694)	(24.176)	(14.694)
						Opções outorgadas	29	8.940	5.238	8.940	5.238
						Reservas de lucros	17.c)	<u>896.617</u>	<u>615.068</u>	<u>896.617</u>	<u>615.068</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>1.933.721</u>	<u>1.657.952</u>	<u>1.933.721</u>	<u>1.657.952</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.029.871</u>	<u>1.746.141</u>	<u>3.241.590</u>	<u>2.932.174</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.029.871</u>	<u>1.746.141</u>	<u>3.241.590</u>	<u>2.932.174</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	12/2023	12/2022	12/2023	12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	369.245	360.854	369.245	360.854
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>369.245</u>	<u>360.854</u>	<u>369.245</u>	<u>360.854</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2023	12/2022	12/2023	12/2022
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS	20	-	-	2.186.975	1.843.735
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	21.a)	-	-	(670.864)	(573.527)
LUCRO BRUTO		-	-	1.516.111	1.270.208
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	21.b)	-	-	(817.845)	(657.049)
Despesas gerais e administrativas	21.c)	(17.973)	(13.002)	(266.574)	(235.886)
Resultado de equivalência patrimonial	9	386.925	374.833	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(10)	(8)	18.954	(901)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		368.942	361.823	450.646	376.372
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	331	556	40.761	46.581
Despesas financeiras	25	(28)	(1.525)	(90.564)	(91.919)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		369.245	360.854	400.843	331.034
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	19.a)	-	-	(54.597)	(57.015)
Diferidos	19.a)	-	-	22.999	86.835
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		369.245	360.854	369.245	360.854
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	26	1,56890	1,52952		
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	26	1,56839	1,52912		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.105.381	(53.041)	474	-	339.917	-	1.392.731
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	360.854	360.854
Constituição de reserva legal	17.c)	-	-	-	-	18.043	(18.043)	-
Constituição de reserva estatutária	17.c)	-	-	-	-	257.108	(257.108)	-
Dividendos a distribuir		-	-	-	-	-	(85.703)	(85.703)
Ações em tesouraria	17.b)	-	-	-	(14.694)	-	-	(14.694)
Opções outorgadas	29	-	-	4.764	-	-	-	4.764
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.105.381	(53.041)	5.238	(14.694)	615.068	-	1.657.952
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	369.245	369.245
Constituição de reserva legal	17.c)	-	-	-	-	18.462	(18.462)	-
Constituição de reserva estatutária	17.c)	-	-	-	-	263.087	(263.087)	-
Dividendos a distribuir	17.c)	-	-	-	-	-	(87.696)	(87.696)
Ações em tesouraria	17.b)	-	-	-	(11.112)	-	-	(11.112)
Ações cedidas planos de incentivos	29	-	-	(1.630)	1.630	-	-	-
Opções outorgadas	29	-	-	5.332	-	-	-	5.332
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>1.105.381</u>	<u>(53.041)</u>	<u>8.940</u>	<u>(24.176)</u>	<u>896.617</u>	<u>-</u>	<u>1.933.721</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2023	12/2022	12/2023	12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		369.245	360.854	369.245	360.854
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	21	-	-	134.085	113.940
Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	-	-	33.709	33.092
Encargos sobre arrendamento direto de uso locação	27	-	-	53.123	44.602
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	19	-	-	31.598	(29.820)
Provisão para perdas de estoque	7	-	-	553	45
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	16	-	-	2.047	6.579
Perdas esperadas de crédito	6	-	-	640	(404)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(386.925)	(374.833)	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	23	-	-	702	(1.764)
Contratos de arrendamentos baixados	23	-	-	(810)	-
Créditos tributários		-	-	(13.631)	-
Opções outorgadas		5.332	4.764	5.332	4.764
Atualizações monetárias e rendimentos		(75)	(87)	(25.005)	(1.072)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(167.675)	(131.616)
Estoques		-	-	(73.547)	(182.618)
Partes relacionadas		1.267	(59)	-	-
Impostos a recuperar		-	-	29.351	(33.510)
Depósitos judiciais		-	-	7.129	(12.504)
Outros créditos		(4)	(118)	(3.734)	(8.241)
Fornecedores		-	-	(42.058)	(12.348)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		5	-	25.521	14.292
Obrigações tributárias		865	(5.246)	(38.368)	(15.456)
Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	(2.104)	2.625
Parcelamento de tributos		-	-	-	(225)
Contingências pagas		-	-	(5.727)	(5.379)
Receitas Diferidas		-	-	255	(1.010)
Adiantamentos de clientes		-	-	84	12.026
Outras obrigações		4.738	1.948	1.546	28.054
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(5.552)	(12.777)	322.261	184.906
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(43.219)	(43.439)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(24.772)	(30.555)
Juros pagos de arrendamentos de direito de uso	27	-	-	(52.803)	(44.252)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(5.552)	(12.777)	201.467	66.660
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Juros sobre capital próprio recebidos	9	-	62.645	-	-
Dividendos recebidos	9	102.315	35.818	-	-
Aplicações financeiras	5	-	-	151.494	105.281
Ações em tesouraria	17.b)	(11.112)	(14.694)	(11.112)	(14.694)
Aquisição de imobilizado	10	-	-	(151.579)	(109.006)
Aquisição de intangível	11	-	-	(26.606)	(28.725)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		91.203	83.769	(37.803)	(47.144)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre o capital próprio pagos		-	(58.181)	-	(58.181)
Dividendos pagos		(85.701)	(12.708)	(85.701)	(12.708)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	-	160.000	60.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(112.500)	(120.343)
Liquidação contratos SWAP	15	-	-	(5.400)	(4.604)
Amortização de arrendamentos direito de uso	27	-	-	(58.604)	(49.232)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(85.701)	(70.889)	(102.205)	(185.068)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(50)	103	61.459	(165.552)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		108	5	160.036	325.588
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		58	108	221.495	160.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2023	12/2022	12/2023	12/2022
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	20	-	-	2.788.016	2.299.920
Outras receitas	23	-	-	20.756	5.470
Perdas esperadas de crédito	23	-	-	565	(404)
Receita de construção de ativos próprios		-	-	81.521	68.747
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(593.364)	(508.378)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.889)	(4.238)	(456.933)	(382.396)
Insumos utilizados na construção de ativos próprios		-	-	(79.525)	(66.879)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(6.889)	(4.238)	1.761.036	1.416.080
Depreciação e amortização	10	-	-	(134.085)	(113.941)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(6.889)	(4.238)	1.626.951	1.302.139
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Participação nos lucros de controladas/coligadas	9	386.925	374.833	-	-
Receitas financeiras	24	331	556	40.761	46.393
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		380.367	371.151	1.667.712	1.348.532
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		10.029	8.251	374.464	296.894
Benefícios		-	-	65.530	48.697
FGTS		-	-	29.535	23.327
		10.029	8.251	469.529	368.918
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		1.063	2.028	331.661	209.757
Estaduais		6	1	383.947	299.216
Municipais		15	11	4.621	4.915
		1.084	2.040	720.229	513.888
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros e despesas bancárias	25	9	6	88.412	88.181
Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	17.877	12.730
"Royalties"		-	-	2.420	3.961
		9	6	108.709	104.872
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos		87.696	85.703	87.696	85.703
Lucros retidos		281.549	275.151	281.549	275.151
		369.245	360.854	369.245	360.854
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		380.367	371.151	1.667.712	1.348.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivara Participações S.A. (“Vivara Participações” ou “Companhia”) com sede social em São Paulo, é a “holding” que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as demonstrações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. (“Tellerina”) e Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. (“Conipa”). Os controladores da Companhia são Nelson Kaufman, Márcio Monteiro Kaufman, Marina Kaufman Bueno Netto e Paulo Kruglensky que em conjunto detêm 44,7% das ações.

A Tellerina tem sua sede social na cidade de Manaus - AM e centro administrativo na cidade de São Paulo - SP. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob a bandeiras “VIVARA” e “LIFE”, a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigo sem metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados, bem como a prestação de serviços de “design” e de conserto de joias em geral. Em 31 de dezembro de 2023, a Tellerina possuía 374 lojas e 16 quiosques (315 lojas e 21 quiosques em 31 de dezembro de 2022) em operação no Brasil.

A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojoaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2024 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“Internacional Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board - IASB”.

2.3. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas informações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua, eleita moeda funcional do Grupo e de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais contas sujeitas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 - impostos a recuperar
- Notas explicativas nº 10 e nº 11 - determinação da vida útil e análise do valor recuperável (“impairment”) do imobilizado e intangível.
- Nota explicativa nº 15 - determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.
- Nota explicativa nº 16 - provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 19.b) - imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 27 - Arrendamento de direito de uso.

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	% de participação
Tellerina	100
Conipa	100

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

- **Critério de reconhecimento de receita**

A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto, preço for identificável e cumpridas as obrigações de performance. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

- **Transações em moeda estrangeira**

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

- **Instrumentos financeiros**

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros.

Pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9						
Ativos	Nota explicativa	Categoria	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	58	108	221.495	160.036
Contas a receber	6	Custo amortizado	-	-	830.832	663.797
Contas a receber - partes relacionadas	18	Custo amortizado	-	59	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	Custo amortizado	-	-	82.995	222.831
Total ativos financeiros			58	167	1.135.322	1.046.664

Pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9

Passivos	Nota explicativa	Categoria	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	12.a)	Custo amortizado	-	-	73.629	104.961
Fornecedores - Convênio	12.b)	Custo Amortizado	-	-	29.519	40.247
Empréstimos	15	Custo amortizado	-	-	271.463	225.156
Instrumento derivativo - "swap"	15	VJR	-	-	7.216	2.486
Contas a pagar - partes relacionadas	18	Custo amortizado	1.208	-	-	-
Passivo de arrendamentos direito de uso	27	Custo amortizado	-	-	502.684	474.643
Total passivos financeiros			<u>1.208</u>	<u>-</u>	<u>884.511</u>	<u>847.493</u>

Instrumentos derivativos

A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como "swaps" para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de "hedge".

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros "mensurados ao valor justo" e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro.

- **Demonstração do valor adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, além de sua distribuição durante determinado exercício, é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

- **Títulos e valores mobiliários**

Os investimentos em títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras em fundos de investimentos e letras financeiras emitidas por instituições bancárias com prazos para resgate superiores a 90 dias da data da aplicação.

- **Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito**

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

A provisão para perda esperadas de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos.

- **Estoques**

Mensurados pelo custo de aquisição ou produção e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

- **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

	<u>Vida útil - anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Hardware	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5
Direito de uso locação de imóveis	5 a 10
Direito de uso - cloud	3
Veículos	5
Pontos comerciais	5

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

- **Intangível**

Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário.

Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento.

- **Investimento**

Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

- **Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

- **Direito de uso e Arrendamentos**

Direito de uso locação de imóveis é representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. É reconhecido no ativo como um item do Imobilizado e no passivo como obrigação do Arrendamento de direito de uso.

Os ativos reconhecidos são amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período.

Aos passivos de arrendamento são apropriados os juros calculados na determinação do valor presente, com taxas de descontos demonstradas na nota explicativa nº 27, pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Anualmente, conforme índices e prazos definidos em contrato para fins de reajuste do arrendamento, o direito de uso é remensurado.

- **Provisões**

Reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.
- São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

- **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Impostos correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Incentivos fiscais - lucro da exploração

Devido ao fato de sua fábrica de joias estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e mediante o Ato Declaratório Executivo da Delegacia da Receita Federal em Manaus nº 146, de 25 de novembro de 2011, a Conipa possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicar valores da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituir reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibir distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentar anualmente declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Incentivos fiscais - créditos presumidos de ICMS

As controladas Tellerina e Conipa possuem benefício fiscal de crédito presumido do ICMS, que prevê a redução da alíquota do ICMS na tributação das saídas sem o direito de crédito nas entradas, nos Estados do Amazonas, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro. O benefício é para reinvestimento nos referidos Estados e é registrado como Receita de Subvenção. Os valores relativos aos incentivos são destinados a reserva no Patrimônio Líquido e não podem ser distribuídos como lucro para a Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2024, conforme disposto na Lei nº 14.789/2023 promulgada em 29 de dezembro de 2023, os benefícios fiscais concedidos pelas unidades federativas passarão a ser tributados pelas contribuições federais PIS e COFINS e integrarão a base de cálculo do IRPJ e CSLL, além disso foi revogada a obrigatoriedade de destinar as receitas de subvenção estadual para reserva em Patrimônio Líquido.

- **Lucro por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

- **Segmentos operacionais**

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO do Grupo, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-	10.498	7.365
Bancos conta movimento	58	108	772	2.938
Aplicações financeiras (a)	-	-	210.225	149.733
Total	58	108	221.495	160.036

(a) As aplicações financeiras são compostas pelas modalidades descritas no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2023	Taxa média ponderada do CDI	31/12/2022	Taxa média ponderada do CDI
CDB	200.126	95,0%	137.294	103,1%
Aplicações automáticas	10.099	2%	12.439	10%
Total	210.225		149.733	

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As aplicações financeiras estão compostas conforme quadro a seguir:

	Consolidado			
	Rentabilidade	31/12/2023	Rentabilidade	31/12/2022
Letras financeiras	77,1% do CDI	82.995	62,0% do CDI	222.831
Total		<u>82.995</u>		<u>222.831</u>
Ativo circulante		82.995		155.139
Ativo não circulante		-		67.692
Total		<u>82.995</u>		<u>222.831</u>

As letras financeiras são títulos de renda fixa pré ou pós fixados, emitidos por Instituições Financeiras com alto “rating” de avaliação, comprados no mercado primário e secundário. São investimentos de longo prazo com características semelhantes ao CDB.

A Companhia ofereceu como garantia em empréstimos com instituições financeiras, com prazos de vencimentos até julho de 2024, o montante de R\$22.748 das aplicações em letras financeiras.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Operadoras de cartões	823.681	657.646
Cheques a compensar	1.007	1.527
Boletos	6.618	5.738
Subtotal	831.306	664.911
Provisão para perdas esperadas de crédito	(474)	(1.114)
Total	<u>830.832</u>	<u>663.797</u>

Os saldos a receber estão distribuídos conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos:	448	2.488
A vencer:	830.858	662.423
Total	<u>831.306</u>	<u>664.911</u>

Os saldos a vencer são compostos substancialmente pelas vendas através de cartão de crédito, podendo ocorrer em até 10 parcelas, sem cobrança de encargos financeiros.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	(1.114)	(709)
Complementos	(120)	(813)
Reversões	760	408
Saldo no fim do período	<u>(474)</u>	<u>(1.114)</u>

7. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	542.707	479.467
Matérias-primas	186.666	182.787
Material de consumo e embalagens	27.904	22.947
Estoque em trânsito e adiantamentos a fornecedores	29.886	29.521
Provisão para perdas	(4.457)	(5.010)
Total	782.706	709.712

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes. O reconhecimento dessas provisões é realizado pelo valor do custo médio ponderado em estoque na data do balanço.

São considerados como de giro lento os produtos com ciclos de vendas cujo intervalo seja superior a doze meses.

As perdas no processo de derretimento de joias não são relevantes percentualmente devido a tecnologia utilizada na recuperação das matérias-primas envolvidas (ouro, prata e pedras).

A movimentação da provisão para perdas dos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	(5.010)	(4.379)
Complementos	(3.796)	(2.614)
Reversões	4.349	1.983
Saldo no fim do período	(4.457)	(5.010)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	1.935	2.715	61.008	68.549
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	-	-	22.801	23.184
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	-	-	125.498	139.894
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (c)	-	-	19.855	-
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	-	-	3.123	5.893
Outros Impostos a Recuperar -	4	-	91	43
Total	1.939	2.715	232.376	237.563
Ativo circulante	1.939	2.715	118.354	55.870
Ativo não circulante	-	-	114.022	181.693
Total	1.939	2.715	232.376	237.563

(a) IRPJ e CSLL

Saldo credor

A Companhia apresentou saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2021, de 2022 e de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, efetuou compensações dos créditos com tributos federais, restando o montante de R\$1.935 (R\$2.715 em 31 de dezembro de 2022) de saldos a compensar.

A Conipa, em função do benefício fiscal do Lucro de exploração, apresentou saldo credor de IRPJ entre as estimativas pagas e o saldo devedor na apuração dos exercícios de 2021, de 2022 e de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 efetuou compensações dos créditos com tributos federais, restando o montante de R\$12.269 (R\$20.333 em 31 de dezembro de 2022) de saldos a compensar.

A Tellerina apresentou saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL nos exercícios de 2020 e de 2023 no montante de R\$8.102 (R\$7.182 em 31 de dezembro de 2022).

Créditos de Subvenção

Nos exercícios de 2014 e de 2015 a Tellerina apurou créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$36.848, originados através da exclusão da sua base de cálculo dos incentivos de subvenção para investimento, conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014. Tais créditos foram compensados com outros tributos federais e as compensações foram indeferidas pela Receita Federal.

A Companhia ingressou com processos administrativos de manifestação de inconformidade e até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras estão em andamento.

Conforme avaliação dos assessores Jurídicos da Companhia, caso as restituições pleiteadas no âmbito administrativo não sejam acolhidas pela Receita Federal e tão logo encerre a discussão no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), será ajuizada ação anulatória de despacho denegatório de restituição prevista no artigo 169 do CTN (Código Tributário Nacional), visando forçar a análise do mérito, a existência, a composição e a validade do saldo negativo de IRPJ e CSLL. O prognóstico de sucesso dos pedidos de restituição é classificado com risco de ganho é superior ao risco de perda de forma que o reconhecimento contábil atende aos critérios definidos na interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23.

Direito ao crédito sobre a inconstitucionalidade da tributação sobre correção Selic

Créditos de IRPJ e CSLL no montante de R\$19.939 (R\$19.939 em 31 de dezembro de 2022) reconhecidos conforme os termos da interpretação técnica ICPC22/IFRIC 23 e com base na decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento realizado em 27 de setembro de 2021 do recurso extraordinário 1.063.187, referente a inconstitucionalidade do oferecimento à tributação do IRPJ e CSLL da correção monetária Selic sobre os créditos recebidos pelos contribuintes na repetição de indébitos tributários.

A Tellerina impetrou o Mandado de Segurança 1020648-21.2020.4.01.3200 perante a 1ª Vara Federal de Manaus e aguarda o trânsito em julgado de sua ação judicial para poder habilitar e compensar os créditos perante a Receita Federal do Brasil.

A expectativa da realização dos créditos de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	1.084	-	28.603
2024	1.935	1.631	22.306	1.627
2025	-	-	-	61.503
2026	-	-	61.503	-
Total	<u>1.935</u>	<u>2.715</u>	<u>83.809</u>	<u>91.733</u>

(b) ICMS

Saldo credor na Tellerina

Os valores a recuperar de créditos de ICMS, registrados no ativo não circulante, são gerados pelo acúmulo de saldo credor nas operações de lojas Vivara localizadas em grande parte nos Estados de Pernambuco e Alagoas. As novas lojas e lojas em maturação também apresentam saldos credores no início da operação em função do abastecimento inicial dos estoques e estão classificados no ativo circulante.

Em Pernambuco, que concentra a maior parte desse saldo credor, R\$30.558 (R\$44.895 em 31 de dezembro de 2022) foi concedido a Companhia o estímulo previsto na Lei nº 11.675 de 11 de outubro de 1999 que dispõem sobre o PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco). As empresas contempladas com este benefício têm afastada a antecipação tributária na aquisição de mercadorias de outra unidade da federação, além do crédito presumido de ICMS no percentual de 3% respeitadas as regras de apuração e não sujeição à cobrança do ICMS mínimo. A Companhia implantou um centro de distribuição no referido Estado, em linha com os objetivos de atender de forma mais eficiente seus clientes e recolherá a taxa de administração de 2% sobre o total de benefício utilizado. O prazo de fruição encerra-se em 31 de dezembro de 2032.

Saldo credor na Conipa

A operação de aquisição de matéria-prima pela filial em São Paulo da Conipa tem acumulado saldo credor de ICMS. Em junho de 2021 a Companhia iniciou processo junto a Delegacia Regional Tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo através do e-CredAc, instituído pela portaria CAT nº 26/2010.

O processo de habilitação do crédito cumpriu as etapas de validação, fiscalização e em 7 de novembro de 2023 reconheceu a interdependência entre as controladas Conipa e Tellerina para fins atinentes ao aproveitamento dos créditos acumulados de ICMS através do e-credac. Desde 19 de abril de 2023, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo habilitou para transferência entre as empresas o montante total de R\$93.032, dos quais R\$80.857 foram efetivamente transferidos para a controlada Tellerina. Do montante total recebido a Tellerina compensou entre novembro e dezembro de 2023 o montante de R\$52.831.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo credor de ICMS relacionado as operações do e-credac totaliza R\$45.533 (R\$70.537 em 31 de dezembro de 2022).

A expectativa da realização dos créditos de ICMS é demonstrada a seguir:

Ano	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	19.704
2024	92.835	28.171
2025	32.663	27.720
2026	-	34.809
2027 em diante	-	29.490
Total	125.498	139.894

(c) PIS e COFINS

Créditos extemporâneos

A Companhia obteve decisão favorável, com trânsito em julgado em 27 de fevereiro de 2023 do mandado de segurança nº 00016202-70.2012.4.01.3200, quanto ao reconhecimento da inexigibilidade das Contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes das vendas de mercadorias realizadas dentro da Zona Franca de Manaus, para pessoa física ou jurídica. A Tellerina obteve o provimento do seu pedido na ação, bem como a declaração do direito a “compensabilidade” das contribuições pagas indevidamente a partir do quinquênio que antecedeu a propositura da ação (outubro de 2012). Os créditos reconhecidos, totalizam o montante de R\$19.855 (R\$13.631 representam o crédito principal e R\$6.224 correção monetária pela Selic), compreendem o período de 2007 a 2022. Os créditos do ano de 2023 foram reconhecidos nas apurações mensais. Em 1º de fevereiro de 2024 a Companhia protocolou o processo de habilitação dos créditos perante a Receita Federal do Brasil e aguarda o deferimento para que possa iniciar as compensações com tributos federais.

9. INVESTIMENTO

	31/12/2023		31/12/2022	
	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Tellerina	609.365	24.711	443.254	28.617
Conipa	1.418.308	362.214	1.299.809	346.216
Total controladas diretas	2.027.673	386.925	1.743.063	374.833

a) Investimentos em controladas

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	1.743.063	1.404.047
Resultado de equivalência patrimonial	386.925	374.833
Dividendos recebidos	(102.315)	(35.818)
Saldo no fim do período	2.027.673	1.743.063

No ano de 2023, a Companhia recebeu antecipadamente dividendos distribuídos pela controlada Conipa no montante de R\$102.315 para suprir o fluxo de caixa de suas obrigações.

b) Reserva de incentivo fiscal

As controladas constituíram reservas para incentivos fiscais:

- Do lucro da exploração com a redução de 75% do valor do IRPJ; o benefício foi concedido em 2010 para a Tellerina e foi usufruído até agosto de 2016, data da cisão que constituiu a Conipa, que obteve a concessão do benefício com vigência até dezembro de 2024.
- De subvenção para investimento, referente a incentivo fiscal de ICMS na Zona Franca de Manaus (com vigência renovada até 31 de dezembro de 2032), Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Pará.

A movimentação dessas reservas está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2022	Adições	Baixas (a)	31/12/2023
Incentivos ICMS	437.199	205.106	-	642.305
Incentivo Lucro da Exploração	157.964	53.018	4.729	206.253
Total	595.163	258.124	4.729	848.558

- a) Baixa no período referente correção do benefício reconhecido em reserva no ano de 2022 após entrega de obrigação acessória para Receita Federal do Brasil em maio de 2023.

Conforme legislação tributária vigente os montantes destinados a estas reservas oriundos de benefícios fiscais de subvenção de reinvestimentos, nas controladas, não podem ser distribuídos a título de lucros e dividendos à Controladora.

10. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	230.648	(104.792)	125.856	65.692
Móveis e utensílios	10	81.160	(29.911)	51.249	38.409
Máquinas, equipamentos e instalações	10	63.328	(16.587)	46.741	32.843
Veículos	20	112	(9)	103	46
Equipamentos de Informática	20	23.472	(13.276)	10.196	9.694
Terrenos	-	350	-	350	350
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	10 a 25	712.483	(250.199)	462.284	449.131
Ativo de direitos de uso - cloud		12.380	(11.252)	1.128	5.254
Adiantamento a fornecedores e construção em andamento (a)	-	67.839	-	67.839	50.745
Total		1.191.772	(426.026)	765.746	652.164

- (a) Refere-se ao custo das obras em novos pontos de venda, novas instalações da Fábrica em Manaus, e as reformas significativas nos já existentes, que posteriormente são transferidos para a linha de benfeitorias em imóveis de terceiros com a inauguração ou reabertura desses pontos de venda.

11. INTANGÍVEL

	Consolidado				31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Custo:					
Pontos comerciais	31.135	1.090	-	-	32.225
Sistemas de informática em implantação	10.319	19.322	(953)	(26.649)	2.039
Sistema de informática	35.880	8.313	-	14.218	58.411
Outros intangíveis	-	-	-	305	305
	<u>77.334</u>	<u>28.725</u>	<u>(953)</u>	<u>(12.126)</u>	<u>92.980</u>
Amortização:					
Pontos comerciais	(30.567)	(330)	-	-	(30.897)
Sistema de informática	(16.893)	(2.894)	-	-	(19.787)
Outros intangíveis	-	(56)	-	-	(56)
	<u>(47.460)</u>	<u>(3.280)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(50.740)</u>
Total	<u>29.874</u>	<u>25.445</u>	<u>(953)</u>	<u>(12.126)</u>	<u>42.240</u>

- a) Transferência do intangível dos valores de contrato classificado como arrendamento direito de uso de sistemas "cloud" reconhecido no 4º trimestre de 2021 como sistemas de informática.

	Consolidado				31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Pontos comerciais	32.225	-	-	-	32.225
Sistemas de informática em implantação	2.039	24.429	-	-	26.468
Sistema de informática	58.411	2.177	-	-	60.588
Outros intangíveis	305	-	-	-	305
	<u>92.980</u>	<u>26.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>119.586</u>
Amortização:					
Pontos comerciais	(30.897)	(342)	-	-	(31.239)
Sistema de informática	(19.787)	(9.252)	-	-	(29.039)
Outros intangíveis	(56)	(61)	-	-	(117)
	<u>(50.740)</u>	<u>(9.655)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(60.395)</u>
Total	<u>42.240</u>	<u>16.951</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.191</u>

12. FORNECEDORES

a) Fornecedores

O saldo é constituído por compras de matéria-prima, insumos, embalagens, mercadorias para revenda e serviços de terceiros com prazo médio de pagamento de 90 dias.

Fornecedores	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Nacionais	50.099	57.018
Estrangeiros	23.530	47.943
Total	<u>73.629</u>	<u>104.961</u>

b) Fornecedores Convênio

As controladas da Companhia mantêm convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes.

A Administração avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores contratados.

O custo financeiro da antecipação do recebível, de responsabilidade dos nossos fornecedores, tem taxa média ponderada de 1,15% ao mês. E o prazo médio de vencimento dos títulos antecipados é de 90 dias.

Adicionalmente, não há exposição significativa a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos decorrentes não são considerados dívida líquida e possuem cláusulas restritivas comuns de mercado, (financeiras ou não financeiras) relacionadas, as quais a Companhia estava adimplente em 31 de dezembro de 2023.

Referidos saldos são classificados como “Fornecedores - convênio” e os pagamentos são feitos às instituições financeiras nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor. Como resultado, todo o fluxo de caixa advindo destas operações é apresentado como operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar correlacionado a estas operações é de R\$29.519 (R\$40.247 em 31 de dezembro de 2022).

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	-	-	38.292	30.616
Salários	124	122	29.075	21.349
PLR e Bônus	-	-	18.624	17.375
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	4.234	3.216
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	36	36	14.676	10.787
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	83	80	12.628	8.366
Outras	-	-	330	629
Total	<u>243</u>	<u>238</u>	<u>117.859</u>	<u>92.338</u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	-	-	35.726	36.579
IPI (a)	-	-	9	25.165
PIS e COFINS	1	1	30.637	21.420
IRPJ e CSLL	-	-	13.888	23.702
Parcelamentos de impostos	-	-	434	675
Outras	23	8	4.601	4.744
Total	24	9	85.295	112.285
Passivo circulante	24	9	85.081	111.870
Passivo não circulante	-	-	214	415
	24	9	85.295	112.285

(a) IPI

A controlada Tellerina deixou de recolher o IPI apurado mensalmente desde a competência de julho de 2014 devido a liminar obtida com essa finalidade no tocante à incidência no desembaraço aduaneiro de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno, ante a equiparação do importador ao industrial, quando o primeiro não o beneficia no campo industrial. O montante em questão está atualizado monetariamente considerando a SELIC.

Em setembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal - STF legitimou, a constitucionalidade da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no desembaraço aduaneiro de produto industrializado e na sua saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.

Em 27 de março de 2023, foi publicada no Diário Oficial a revogação da tutela recursal denegando o mandado de segurança que concedia a suspensão do recolhimento do IPI. Diante disso, a Companhia efetuou em 25 de abril de 2023 o recolhimento dos valores devidos e retomou o recolhimento mensal do referido imposto.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos saldos

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Em moeda local				
Banco Safra - Capital de giro	CDI + 2,20% a.a.	01/2023	-	2.512
Banco Safra - Capital de giro	CDI + 1,55% a.a.	12/2024	20.062	20.091
Banco Itaú BBA S.A. - Capital de giro	CDI + 1,85% a.a.	02/2025	63.400	62.294
Banco Itaú BBA S.A. - Capital de giro	CDI + 1,55% a.a.	09/2024	41.497	41.672
Banco Bradesco - Capital de giro	CDI + 1,33% a.a.	12/2023	-	50.253
Banco Bradesco - Capital de giro	CDI + 1,30% a.a.	12/2025	50.199	-
Total de empréstimos em moeda local			175.158	176.822
Em moeda estrangeira				
Banco Santander - Resolução 4131	Pré-fixado 5,797% a.a.	08/2025	51.441	-
Banco Santander - Resolução 4131	Pré-fixado 2,3475% a.a.	02/2024	44.864	48.334
Total de empréstimos em moeda estrangeira			96.305	48.334

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Total de empréstimos e financiamentos			271.463	225.156
Instrumentos derivativos - contratos de "swap"				
Banco Santander (Brasil) - Derivativo ativo	Var. Cambial + 6,90% a.a.	08/2025	1.289	-
Banco Santander (Brasil) - Derivativo passivo	Var. Cambial + 2,35% a.a.	02/2024	5.927	2.486
Total de Instrumentos derivativos e contratos de "swap"			7.216	2.486
Total de empréstimos e financiamentos, líquido de derivativos			278.679	227.642
Passivo circulante			118.679	117.642
Passivo não circulante			160.000	110.000
Total			278.679	227.642

Os contratos acima citados com vencimento previsto até a data da emissão dessas informações financeiras foram liquidados no prazo.

Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras não existem cláusulas restritivas ("covenant"), porém existem cláusulas de liquidação antecipada caso a emitente sofra protesto de títulos com valor superior a R\$10.000. Existem contratos de empréstimos com vencimento até dezembro de 2025, que possuem garantias atreladas a aplicações financeiras no montante de R\$22.748.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	227.642	290.054
Captações	160.000	60.000
Amortizações de principal	(112.500)	(120.343)
Liquidação contratos derivativos "swap"	(5.400)	(4.604)
Pagamento de juros	(24.772)	(30.555)
Fluxo de caixa de financiamento	17.328	(95.502)
Juros incorridos	27.066	28.208
Variação cambial	9.675	8.252
Encargos financeiros de "swap" incorridos	(3.032)	(3.368)
Variações que não envolvem caixa	33.709	33.092
Saldo no fim do período	278.679	227.642

O montante classificado no passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
De 1 a 2 anos	-	90.000
De 2 a 3 anos	160.000	20.000
Total	160.000	110.000

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía processos de natureza cível, trabalhista e tributária, cujo risco de perda foi considerado provável por seus assessores jurídicos, sendo:

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributários (c)	Total
Provisão				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.731	6.797	8.726	18.254
Adições	1.385	15.834	7.973	25.192
Pagamentos	(462)	(4.092)	(1.173)	(5.727)
Reversões	(699)	(11.986)	(10.460)	(23.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.955</u>	<u>6.553</u>	<u>5.066</u>	<u>14.574</u>
Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	827	27.386	28.213
Adições	8.483	114	2.152	10.749
Atualização monetária	-	324	2.492	2.816
Resgates	(1.185)	(358)	(16.336)	(17.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>7.298</u>	<u>907</u>	<u>15.694</u>	<u>23.899</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o Grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial; e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação.

(b) Reclamações trabalhistas

Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. A provisão é constituída considerando os processos com risco de perda provável e complementada com base no histórico de perda sobre a massa de processos classificados com risco de perda possível.

(c) Processos tributários

Em agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal - STF legitimou, através do processo RE nº 1.072.485/PR, a incidência de INSS sobre o valor de 1/3 de férias, em decisão contrária a decisão de 26 de fevereiro de 2014 onde o Superior Tribunal de Justiça - STJ havia se manifestado em favor do contribuinte sob o argumento de que “a importância paga a título de terço constitucional de férias possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária”.

A Tellerina e Conipa possuem liminar vigente que afasta o recolhimento da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Diante do exposto na decisão do STF citada anteriormente, a Administração avaliou o tema, com suporte de seus assessores jurídicos e concluiu que o risco é provável e constituiu provisão.

Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	13.452	9.133
Riscos tributários (*)	129.214	123.319
Total	142.666	132.452

(*) Representados, em grande parte, por processos judiciais e autos de infração relacionados ao ICMS nos Estados da Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Pernambuco.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O limite do capital social autorizado da Companhia é de 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões) de ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é distribuído da seguinte forma:

	Ações ordinárias	% Participação
Vivara Participações		
Acionistas de referência	105.607.554	44,71%
Administradores	178.683	0,08%
Ações em tesouraria	996.955	0,42%
Ações em circulação	129.414.577	54,79%
Total	236.197.769	100%

b) Ações em tesouraria

O plano de Recompra de Ações da Companhia, vigente até 20 de março de 2024, foi aprovado em 16 de março de 2023 em Reunião do Conselho de Administração, cujo objetivo é incrementar a geração de valor para seus acionistas por meio da aplicação de recursos disponíveis na aquisição das ações em bolsa de valores, a preços de mercado, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado ou sua destinação a participantes no âmbito de planos de incentivos baseados em ações da Companhia, sem redução do capital social, respeitando o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., na ICVM nº 567/15 e demais normas aplicáveis. A Companhia poderá adquirir até 5% das ações em circulação.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Quantidade de ações	Valores de compra (em R\$)	Preço médio por ação (em R\$)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Recompra de ações para tesouraria	607.612	14.693.941	24,18
Saldos em 31 de dezembro de 2022	607.612	14.693.941	24,18
Saldos em 31 de dezembro de 2022	607.612	14.693.941	24,18
Ações cedidas Planos ILP	(68.957)	(1.630.325)	23,64
Recompra de ações para tesouraria	458.300	11.112.432	24,25
Saldos em 31 de dezembro de 2023	996.955	24.176.048	24,25

c) Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contêm as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências).
- Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

A Companhia pagou aos acionistas em maio de 2023 o montante líquido de R\$85.703 referente a distribuição de dividendos sobre os resultados auferidos em 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 a Reserva Legal é no montante de R\$61.407 (R\$42.945 em 31 de dezembro de 2022).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado é de R\$87.696 e será pago aos acionistas após aprovação na Assembleia Geral Ordinária agendada para 29 de abril de 2024:

	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do período	369.245
Absorção de prejuízos de períodos anteriores	-
Base de cálculo para Reserva Legal	369.245
Reserva Legal (5%)	(18.462)
Base de cálculo para dividendos	350.783
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	87.696

18. PARTES RELACIONADAS

Saldos Ativo	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Conipa	-	59
Total	-	59

Saldos Passivo	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Tellerina	1.208	-
Total	1.208	-

As controladas Conipa e Tellerina realizam operações entre si relacionadas a compra e venda de mercadorias e matérias-primas, cobrança de despesas administrativas através de Centro de Serviços Compartilhado e royalties relacionados aos direitos autorais do design de joias. Todas as empresas entre Conipa e Tellerina foram eliminadas para fins de consolidação e divulgação.

Os montantes das operações entre as empresas do Grupo Vivara estão demonstrados no quadro a seguir:

Saldos	31/12/2023		31/12/2022	
	TELLERINA	CONIPA	TELLERINA	CONIPA
<u>Operação</u>				
Vendas (Compras) de Mercadorias	(1.426.651)	1.426.651	(1.464.622)	1.464.622
Vendas (Compras) de Matérias-primas	49.306	(49.306)	16.079	(16.079)
Direitos autorais	241.109	(241.109)	231.438	(231.438)
Despesas administrativas com Centro de Serviços Compartilhado	4.657	(4.657)	5.653	(5.653)
Total	<u>(1.131.579)</u>	<u>1.131.579</u>	<u>(1.211.452)</u>	<u>1.211.452</u>

Em 27 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em até R\$27.040 (R\$17.727 para exercício de 2022).

São demonstrados a seguir os valores provisionados e pagos aos Diretores estatutários e Conselho de Administração

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	1.996	1.162	3.158	1.980	878	2.858
Diretores estatutários	7.579	13.199	20.778	5.996	8.991	14.987
Total	<u>9.575</u>	<u>14.361</u>	<u>23.936</u>	<u>7.976</u>	<u>9.869</u>	<u>17.845</u>

São demonstrados a seguir os valores provisionados e pagos aos Diretores executivos:

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Diretores executivos	9.143	6.724	15.867	8.177	7.575	15.751
Total	9.143	6.724	15.867	8.177	7.575	15.751

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	369.245	360.854	400.843	331.034
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(125.543)	(122.691)	(136.286)	(112.552)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, para os quais não foram registrados os impostos diferidos correspondentes	(6.011)	(4.752)	(6.011)	(4.752)
Diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	131.554	127.443	-	-
Outras diferenças permanentes	-	-	(13.962)	(1.996)
Recuperação IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-	1.906	7.583
Incentivo fiscal - lucro da exploração	-	-	53.018	73.993
Incentivo fiscal - crédito presumido ICMS	-	-	69.736	67.544
Total	-	-	(31.598)	29.820
Correntes	-	-	(54.597)	(57.015)
Diferidos	-	-	22.999	86.835
Total	-	-	(31.598)	29.820

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Base IRPJ	Base CSLL	Base IRPJ	Base CSLL
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	474	474	1.604	1.604
Provisão para perdas dos estoques	4.457	4.457	5.010	5.010
Provisão despesas	86.848	86.848	93.473	93.473
Lucro não realizado em operações de controladas	629.526	629.526	539.386	539.386
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14.574	14.574	18.254	18.254
Arrendamentos Direito de Uso	57.247	57.247	45.500	45.500
Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL	71.665	70.922	58.985	58.241
Base de cálculo imposto diferido (*)	864.790	864.046	762.212	761.468
Imposto de renda diferido ativo		161.161		146.485
Contribuição social diferida ativa		60.992		52.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (a)		222.152		199.153

- (*) A diferença entre a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social está relacionada com pagamentos de bônus aos diretores estatutários, sendo que essa despesa é indedutível na apuração do imposto de renda.
- (a) De acordo com o parágrafo 11 do pronunciamento técnico CPC 32 a Companhia calcula e reconhece o IRPJ e CSLL diferidos das operações consolidadas conforme as taxas aplicadas das apurações individuais das suas controladas e os demais itens pela taxa nominal de 34%.

c) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023	Consolidado Valor
Até 1 ano	22.271
De 1 a 2 anos	41.079
De 2 a 3 anos	44.628
De 3 a 5 anos	39.091
Acima de 5 anos	75.083
Total	222.152

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas de mercadorias	3.337.360	2.738.038
Receita bruta de serviços prestados	9.386	8.384
Deduções da receita bruta:		
ICMS	(349.621)	(243.255)
COFINS	(184.282)	(157.761)
PIS	(39.965)	(34.230)
FTI e UEA (*)	(26.704)	(20.519)
ISS	(469)	(419)
Devoluções de vendas/trocas	(558.730)	(446.503)
Total	2.186.975	1.843.735

Os valores de ICMS estão líquidos do incentivo fiscal da mesma natureza citado na nota explicativa nº 9.b, no montante de R\$205.106 (R\$198.657 em 31 de dezembro de 2022).

- (*) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas "F.T.I." é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação. O "UEA" é uma taxa estadual direcionada pelo Governo para a Universidade Estadual da Amazônia.

21. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

a) Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Custo de aquisição de mercadorias e produtos para revenda	(594.970)	(508.270)
Pessoal	(61.331)	(52.529)
Depreciação e amortização	(6.940)	(5.603)
Energia, água e telefone	(1.520)	(1.576)
Fretes	(6.103)	(5.549)
	<u>(670.864)</u>	<u>(573.527)</u>

b) Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(377.815)	(284.720)
Fretes	(37.238)	(32.269)
Despesas de marketing/vendas	(110.618)	(107.093)
Serviços profissionais contratados	(28.628)	(15.073)
Aluguéis variáveis e condomínios	(71.406)	(56.196)
Depreciação e amortização	(79.374)	(67.609)
Comissão sobre cartões	(55.418)	(44.988)
Energia, água e telefone	(7.749)	(7.022)
Outras despesas por natureza	(49.599)	(42.079)
	<u>(817.845)</u>	<u>(657.049)</u>

c) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(10.951)	(8.645)	(109.447)	(95.311)
Serviços profissionais contratados	(5.911)	(3.271)	(72.336)	(65.889)
Aluguéis e condomínios	-	-	(1.030)	(1.328)
Energia, água e telefone	-	-	(1.970)	(1.515)
Depreciação e amortização	-	-	(47.771)	(40.715)
Outras despesas por natureza	(1.111)	(1.086)	(34.020)	(31.128)
	<u>(17.973)</u>	<u>(13.002)</u>	<u>(266.574)</u>	<u>(235.886)</u>

22. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

O Grupo possui apenas um segmento operacional definido como varejo. O Grupo está organizado e tem o seu desempenho avaliado como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações.

Essa visão está baseada nos seguintes fatores:

- A produção da unidade fabril atende substancialmente as lojas de varejo do Grupo, vendas digitais e as vendas no canal B2B.
- As decisões estratégicas do Grupo estão embasadas:
 - Na busca por insumos certificados e de notável qualidade, além de novas tecnologias para a linha de produção.
 - Estudos que apontam oportunidades de expansão, tendências do mercado joalheiro e de moda internacional e de canais de distribuição.
- As avaliações de receitas obtidas pelo Grupo são feitas por categoria e canal de vendas.

Os produtos do Grupo são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio. São distribuídos por categoria e canais de venda diferentes, no entanto, o CEO, avalia o desempenho total do Grupo, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por categoria e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Receita bruta, menos devoluções	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Joias	1.364.393	1.199.370
Life	1.010.800	746.051
Relógios	337.501	295.809
Acessórios	65.936	50.305
Serviços	9.386	8.384
Total	2.788.016	2.299.919
Lojas	2.332.724	1.929.243
Vendas digitais	438.630	355.087
Outros	7.276	7.205
Serviços	9.386	8.384
Total	2.788.016	2.299.919

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (a)	-	-	(2.047)	(6.579)
Créditos tributários (b)	-	-	13.631	-
Perdas esperadas de crédito	-	-	640	(405)
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	(703)	(1.058)
Receita de venda de ativo imobilizado	-	-	-	101
Contratos de arrendamento baixados	-	-	810	2.689
Outras receitas (despesas)	(10)	(8)	6.623	4.351
Total	(10)	(8)	18.954	(901)

(a) Contingências conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

(b) Créditos de PIS e COFINS revenda na Zona Franca de Manaus conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

24. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	71	26	22.438	38.800
Correção monetária (a)	260	529	13.348	4.947
Variação cambial ativa	-	-	4.759	2.602
Outras receitas financeiras	-	1	216	232
Total	331	556	40.761	46.581

(a) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários e depósitos judiciais.

25. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(27.066)	(28.208)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	3.032	3.368
Encargos financeiros instrumentos derivativos	-	-	(9.675)	(8.252)
Encargos sobre arrendamentos de direito de uso	-	-	(53.123)	(44.599)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	(5)	(175)	(111)
Tarifas bancárias	(3)	(6)	(799)	(628)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	(2)	(1.488)	(299)	(4.736)
Variação cambial passiva	(3)	-	156	(6.570)
Outras despesas financeiras	(19)	(26)	(2.615)	(2.183)
Total	(28)	(1.525)	(90.564)	(91.919)

26. LUCRO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	369.245	360.854
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(845)	(272)
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	235.353	235.926
Lucro por ação - básico (em R\$) (a/b)	<u>1,56890</u>	<u>1,52952</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(845)	(272)
Média ponderada de número de ações outorgadas 1º plano	75	62
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	235.428	235.988
Lucro por ação - diluído (em R\$) (a/c)	<u>1,56839</u>	<u>1,52912</u>

O efeito diluidor no lucro por ação é representado pelos planos de outorgas de ações, demonstrados na nota explicativa nº 29 - Pagamento Baseado em Ações.

27. ARRENDAMENTOS DIREITO DE USO

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía 395 (341 em 31 de dezembro de 2022) contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 54 (51 em 31 de dezembro de 2022) contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso e foram classificados como arrendamento operacional.

Os alugueis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do período estão registrados na rubrica “Alugueis e condomínios” demonstrada na nota explicativa nº 21, totalizam R\$18.372 (R\$17.139 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa referencial BM&FBovespa da Dlxpré, 252 dias úteis, obtida na B3, para a data base da adoção inicial (taxa de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro), para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto aos principais bancos com os quais a Companhia mantém operações de dívida.

Em 31 de dezembro de 2023, os 341 contratos de locação (290 em 31 de dezembro de 2022), classificados como arrendamento de direito de uso, possuem prazos de vencimentos entre 5 e 10 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 11,77% ao ano (11,51% ao ano em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado considerando a taxa nominal e sem considerar os efeitos de inflação futura projetada, nos fluxos descontados.

Para atendimento ao Ofício da CVM nº 02/2019 divulga-se os inputs mínimos para fins de projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa descontado recomendados pela CVM, usando como parâmetro a inflação média entre a taxa CDI x IPCA obtida no site da B3, data-base 28 de dezembro de 2023.

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto e de inflação futura praticadas, vis-à-vis os prazos de contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto			
Prazo dos contratos	Qtd. contratos	Taxa de desconto	Taxa média de inflação futura
5 anos	4	10,67%	5,86%
6 anos	32	11,05%	5,98%
7 anos	21	11,36%	6,03%
8 anos	26	11,55%	5,96%
9 anos	25	11,72%	5,94%
10 anos	233	11,88%	5,87%
Total	341		

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no período são:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	474.643	370.068
Adição de novos contratos	80.792	111.993
Remensuração	12.026	66.776
Baixas do exercício	(6.492)	(25.312)
Encargos financeiros apropriados	53.123	44.602
Pagamentos de juros	(52.803)	(44.252)
Pagamentos de principal	(58.605)	(49.232)
Saldo no final do exercício	502.684	474.643
Passivo circulante	70.059	59.546
Passivo não circulante	432.625	415.097
Total	502.684	474.643

Conforme requeridos pelo pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023:

Maturidade dos contratos	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Vencimento das prestações:		
2023	-	106.766
2024	116.927	105.854
2025	112.551	100.960
2026	100.056	88.240
2027 em diante	401.270	280.198
Total das parcelas não descontadas	730.804	682.018
Juros embutidos	(228.120)	(207.375)
Saldo passivo de arrendamentos de direito de uso	502.684	474.643

Em 31 de dezembro de 2023, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto é de R\$67.599 e trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$46.498.

A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Custo:		
Saldo no início do período	622.960	462.183
Adição de novos contratos	80.792	111.993
Remensuração	12.026	66.776
Baixas do exercício	(10.762)	(36.499)
Custos diretos - pontos comerciais	7.468	18.507
Saldo no final do período	<u>712.483</u>	<u>622.960</u>
Amortização		
Saldo no início do período	(173.829)	(115.302)
Despesa de amortização do período	(81.449)	(72.627)
Baixas do exercício	5.079	14.100
Saldo no final do período	<u>(250.199)</u>	<u>(173.829)</u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	58	108	221.495	160.036
Contas a receber	-	-	830.832	663.797
Títulos e valores mobiliários	-	-	82.995	222.831
Contas a receber - partes relacionadas	-	59	-	-
Total ativos financeiros	<u>58</u>	<u>167</u>	<u>1.135.322</u>	<u>1.046.664</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores	-	-	73.629	104.951
Fornecedores - Convênio	-	-	29.519	40.247
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	2	2	2	2
Dividendos a pagar	87.699	85.704	87.699	85.704
Contas a pagar - partes relacionadas	1.208	-	-	-
Arrendamentos direito de uso a pagar	-	-	502.684	474.643
Empréstimos e financiamentos	-	-	271.463	225.156
Subtotal	<u>88.909</u>	<u>85.706</u>	<u>964.996</u>	<u>930.703</u>
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos derivativos	-	-	7.216	2.486
Total passivos financeiros	<u>88.909</u>	<u>85.706</u>	<u>972.212</u>	<u>933.189</u>

b) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (câmbio e juros), de crédito e de liquidez. A gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

c) Gestão do risco de taxa de câmbio

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”.

A exposição cambial líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

Tipo de operação	Consolidado			
	31/12/2023			
	Instituição Financeira	Valor da Dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Resolução 4131	Banco Santander	44.922	(44.922)	-
Resolução 4131	Banco Santander	51.896	(51.896)	-
Total de empréstimos e financiamentos		96.818	(96.818)	-
Fornecedores estrangeiros (*)	-	23.530	-	23.530
Total da exposição cambial		120.348	(96.818)	23.530
Cotação dólar balanço		4,8413	4,8413	4,8413
Total da exposição em dólares		24.858	(19.998)	4.860

(*) As controladas da Companhia importam de fornecedores estrangeiros mercadorias, matérias-primas e insumos para fabricação e comercialização. Essas compras são substancialmente denominadas em dólares norte-americanos e estão expostas a variação do câmbio.

c.1) Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operações de “swap” com o objetivo de minimizar o risco de exposição cambial gerado pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Essas operações consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI.

A Companhia possui um contrato de empréstimo para o qual não foi contratado instrumento derivativo “swap” em virtude das taxas de juros pactuadas nessa operação.

As operações de “swap” em aberto em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxas	Consolidado		
		Valor de Referência (nocial)	Valor justo	Efeito acumulado até 31/12/2023 mercado a mercado
Contratos de “swap”				
Posição ativa:				
Varição cambial - US\$	US\$ +2,3475% a.a.	44.922	44.922	-
Posição passiva:				
Varição do CDI	CDI + 1,2% a.a.	44.922	50.849	(5.927)
Posição ativa:				
Varição cambial - US\$	US\$ +5.797% a.a.	51.440	51.440	-
Posição passiva:				
Varição do CDI	VC + 6,9% a.a.	51.440	52.730	(1.289)
Valor líquido a pagar				(7.216)

O saldo passivo de R\$7.216 refere-se ao ajuste líquido a pagar, calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2023, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica “Instrumentos derivativos”.

d) Análise de sensibilidade

Risco de câmbio

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a Administração entende que há necessidade de considerar somente o passivo com fornecedores estrangeiros que não está protegido do risco cambial, já que não possui instrumentos derivativos equivalentes registrados no balanço patrimonial. A exposição cambial dessas operações está demonstrada no quadro a seguir:

Total da exposição cambial em moeda nacional	23.530
Total da exposição cambial em moeda estrangeira	4.860

Assim, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$23.530, resultado das considerações explicitadas anteriormente. A taxa de câmbio do dólar norte-americano, no fechamento das demonstrações financeiras, foi de R\$4,8413.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários.

No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$5,1238 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. No cenário II foi projetada de forma conservadora pela Administração, valorização de 2% do dólar norte americano. Para o cenário III foi projetada desvalorização do dólar norte-americano em 3,98% de acordo com a cotação futura apresentada no Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 19 de janeiro de 2024.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nocional da exposição líquida (em moeda estrangeira)	4.860	4.860	4.860
Valor nocional da exposição líquida (em moeda local)	23.530	23.530	23.530
Valor projetado (em moeda local)	24.903	25.401	23.912
Impacto da variação cambial	1.373	1.871	383
Taxa do dólar norte-americano	5,1238	5,2263	4,9200

Risco de taxa de juros

Considerando que em 31 de dezembro de 2023 a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. As aplicações financeiras e investimentos em letras financeiras da Companhia também estão expostas a variação do CDI de forma que a Companhia apresenta a exposição líquida ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	Consolidado
Empréstimos e financiamentos expostos ao CDI	278.679
Aplicações financeiras de caixas e equivalentes expostas ao CDI	(210.225)
Aplicações em letras financeiras expostas ao CDI	(82.995)
Total da exposição ao CDI	(14.541)

A Administração considera o risco de grandes variações no CDI em 2023 e na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras, foram considerados dois cenários projetados, com redução de 5% no cenário II e redução de 31% no cenário III da taxa do CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2024 em 9%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 19 de janeiro de 2024

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida ao CDI	(14.541)	(14.541)	(14.541)
Valor projetado	(14.541)	(14.446)	(13.954)
Impacto da variação do CDI	-	95	587
Taxa do CDI	13,04%	12,39%	9,00%

e) Gestão de risco de crédito

As vendas são efetuadas para muitos clientes e substancialmente recebidas por cartões de crédito e débito, sendo o risco de crédito minimizado.

f) Gestão de risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	73.629	-	-	-	73.629
Fornecedores convênio	29.519	-	-	-	29.519
Empréstimos e financiamentos	130.736	174.254	-	-	304.990
Juros sobre Capital Próprio a pagar	2	-	-	-	2
Dividendos a pagar	87.699	-	-	-	87.699
Instrumentos derivativos	7.258	1.184	-	-	8.442
Arrendamentos direito de uso a pagar	116.927	112.551	276.012	225.314	730.804

g) Valor justos dos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2023, todos os instrumentos financeiros derivativos estavam agrupados no Nível 2

29. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

As Ações Outorgadas representam as operações de pagamentos com base em ações referente remuneração de empregados, executivos e Conselheiros da Companhia e suas controladas e são reconhecidas contabilmente de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 10(R1)/IFRS 2.

A Companhia mensura o custo das transações de remuneração com base em ações pelo valor da ação no fechamento do mercado na data da outorga. As ações outorgadas são reconhecidas como despesa no resultado da Companhia ao longo do tempo de carência, em contrapartida da rubrica de “Opções outorgadas” no Patrimônio Líquido.

As ações outorgadas aos participantes dos Planos possuem carência de até 36 meses. As condições para que as ações sejam disponibilizadas aos beneficiários incluem a permanência como colaborador da Companhia, atingimento de metas relacionadas aos indicadores de performance determinados para o período, entre eles ROIC (“Return On Invested Capital”) e TSR (“Total Shareholder Return”).

O efeito dilutivo das ações outorgadas em aberto é refletido como uma diluição adicional no cálculo do lucro diluído por ação conforme nota explicativa nº 26.

Planos de Remuneração

Os Planos de Incentivo têm por objetivo o alinhamento dos interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia e o desenvolvimento de objetivos sociais e sustentáveis para geração de valor para Companhia e poderão entregar aos participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, através de ações de emissão da Companhia em tesouraria.

a) Plano de Outorga de Ações (“Plano de Outorga”);

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Outorga estabelece a possibilidade de a Companhia entregar aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, mediante determinados termos e condições, ações de emissão da Companhia em tesouraria. Serão elegíveis para participar do Plano de Outorga conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de alto nível da Companhia e suas controladas.

Em 4 de outubro de 2021, foram outorgadas 62.145 ações, em seu limite superior global, referente ao 1º Programa de Outorga de Ações, exclusivo para Conselheiros. As ações foram transferidas aos participantes em maio de 2023, com “lock-up” adicional de 12 meses.

Em maio de 2023, foram outorgadas 84.763 ações, em seu limite global, referente a renovação do programa de outorga de Ações, exclusivo para Conselheiros. As ações serão disponibilizadas em até 30 dias após o término do mandato na Assembleia Geral Ordinária de 2025.

b) Plano de Investimento em Ações (“Plano ‘Matching Shares’”).

O Plano de “Matching Shares” prevê a outorga de Ações “Matching” aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, desde que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de determinada quantidade de ações de emissão da Companhia durante um período de carência de 36 meses. São elegíveis para participar do Plano de “Matching Shares” os diretores, gerentes ou empregados da Companhia.

Em outubro de 2021 os participantes adquiriram ações com recursos próprios. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, a quantidade de ações de emissão da Companhia em tesouraria que serão outorgadas será de 135.956 considerando atingimento de 120% das metas equivalentes.

Em maio de 2022 os participantes adquiriram ações com recursos próprios. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, a quantidade de ações de emissão da Companhia em tesouraria que serão outorgadas será de 325.458 considerando atingimento de 120% das metas equivalentes.

Em maio de 2023 os participantes adquiriram ações com recursos próprios. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, a quantidade de ações de emissão da Companhia em tesouraria que serão outorgadas será de 352.056 considerando atingimento de 120% das metas equivalentes.

A provisão contábil é registrada pelo período de vigência de cada plano e está reconhecida no resultado da Companhia na rubrica “Pessoal” conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante reconhecido no resultado do período é de R\$6.839 (R\$4.764 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação dos planos está demonstrada a seguir:

Plano (Saфра)	Qtde Ações	Prazo (meses)	Consolidado		Adições	Cessões	31/12/2023
			Cotação da Ação	31/12/2022			
Conselheiros 2021/2023	62.145	24	28,25	1.224	314	(1.538)	-
Conselheiros 2023/2025	84.763	24	27,31	-	772	-	772
Executivos 2021	135.956	36	26,40	1.883	587	(786)	1.684
Executivos 2022	325.458	36	26,45	2.131	3.364	(652)	4.843
Executivos 2023	<u>352.056</u>	36	26,29	-	<u>1.802</u>	<u>(161)</u>	<u>1.641</u>
Total geral	<u>960.378</u>			<u>5.238</u>	<u>6.839</u>	<u>(3.137)</u>	<u>8.940</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2023, é assim demonstrada:

- Danos a propriedade - R\$314.458 (vigente até fevereiro de 2025).
- Cobertura para lucros cessantes - R\$435.000 (vigente até fevereiro de 2025).
- Cobertura para riscos diversos (estoques) - R\$352.836 (vigentes até fevereiro de 2025).
- Responsabilidade civil - R\$20.000 (vigentes até maio de 2024).
- Responsabilidade dos administradores D&O - R\$60.000 (vigente até setembro de 2024).
- Transporte internacional - USD80.000 (vigente até abril de 2024).
- Cobertura para riscos cibernéticos - R\$25.000 (vigentes até junho de 2024).

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia comunica a abertura de sua primeira subsidiária fora do Brasil, situada no Panamá. A constituição da Tellerina Panamá S.A. ocorreu em 6 de março de 2024 e faz parte do planejamento estratégico que prevê o início de operações pilotos em novos mercados.

Em 15 de Março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a eleição do Nelson Kaufman, fundador e maior acionista da Companhia, como novo Diretor Presidente, em vista a renúncia apresentada nesta data por Paulo Kruglensky.
